



A REPÚBLICA

NUNCA EXISTIU



ANTOLOGIA DE CONTOS SOBRE UM PORTUGAL
ONDE O REGICÍDIO DE 1908 FALHOU

ORGANIZAÇÃO DE
OCTÁVIO DOS SANTOS



SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Para quem quer fugir da rotina

TÍTULO: A República Nunca Existiu!

AUTORIA: Alexandre Vieira • Bruno Martins Soares • Cristina Flora • Gerson Lodi-Ribeiro
• João Aguiar • João Seixas • José Manuel Lopes • Luísa Marques da Silva • Luís Bettencourt Moniz
• Luís Richheimer de Sequeira • Maria de Menezes • Miguel Real • Octávio dos Santos •
Sérgio Sousa-Rodrigues

CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REVISÃO: Octávio dos Santos

EDITOR: Luís Corte Real

Esta edição © 2008 Edições Saída de Emergência

Todos os contos são propriedade dos respectivos autores © 2008

COMPOSIÇÃO: Saída de Emergência, em caracteres Minion, corpo 12

DESIGN DA CAPA E INTERIORES: Saída de Emergência

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS: Hemeroteca Municipal de Lisboa

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Rolo & Filhos II, S.A.

1ª EDIÇÃO: Janeiro, 2008

ISBN: 978-989-637-028-2

DEPÓSITO LEGAL: ??????/07

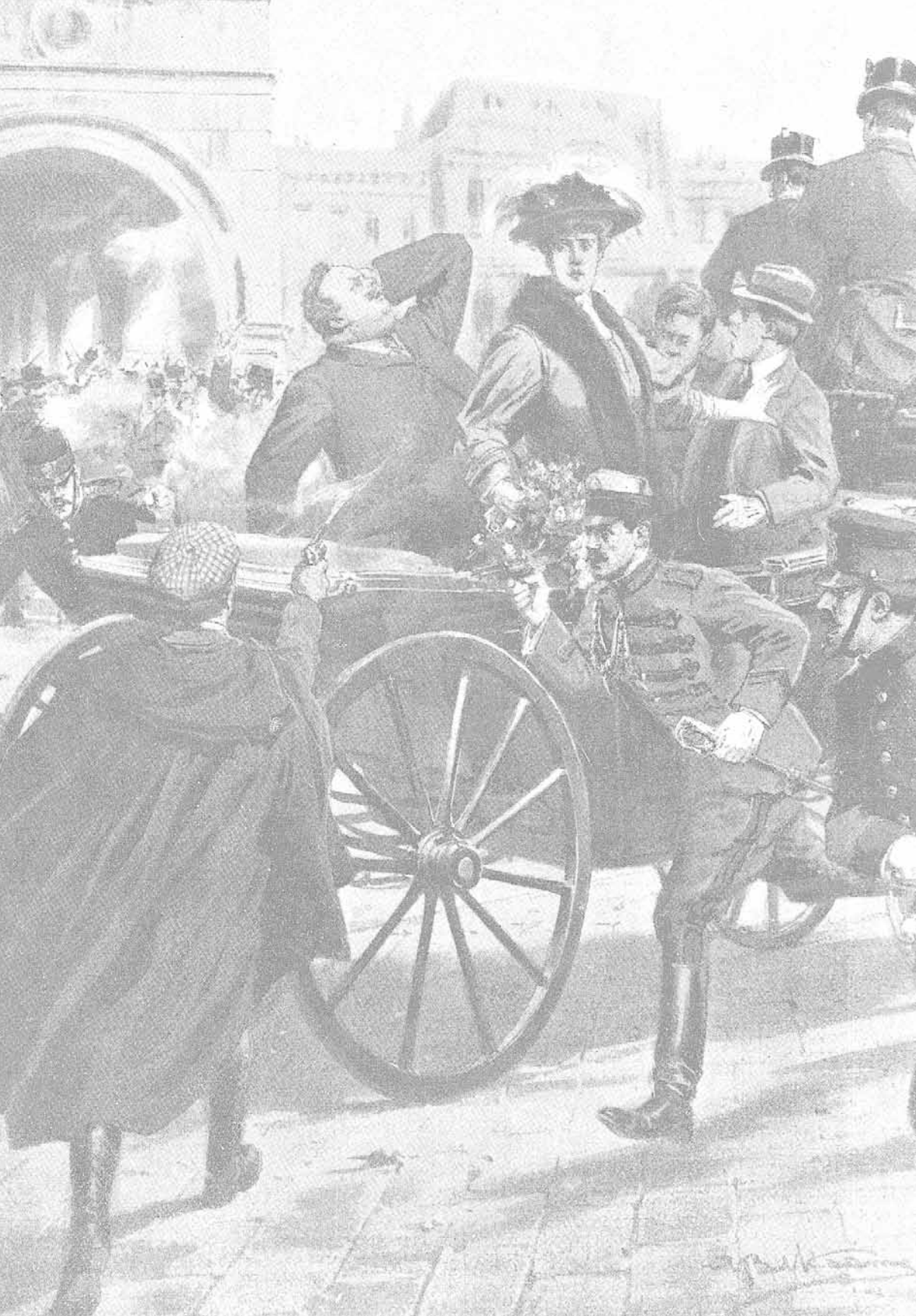
EDIÇÕES SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Av. da República, 861, Bloco D, 1º Dtº, 2775-274 Parede, Portugal

TEL E FAX: 214 583 770

WWW.SAIDADEEMERGENCIA.COM

A António de Macedo. Um Amigo. Um Mestre.
OdS



ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| SEIS MOMENTOS EM TEMPO REAL João Aguiar | 17 |
| MISSÃO 121908 Luísa Marques da Silva | 35 |
| O NOME DO REI Bruno Martins Soares | 53 |
| A LOMBADA DO MOLESKINE Luís Bettencourt Moniz | 65 |
| A MARCHA SOBRE LISBOA Octávio dos Santos | 75 |
| PRIMOS DE ALÉM-MAR Gerson Lodi-Ribeiro | 89 |
| D. AMÉLIA — MINI-PEÇA EM DOIS ACTOS Miguel Real | 103 |
| O PATRIOTA IMPROVÁVEL Maria de Menezes | 113 |
| AO SERVIÇO DE SUA MAJESTADE Luís Richheimer de Sequeira | 129 |
| ESPARGUETE À CARBONÁRIA Alexandre Vieira | 143 |
| A NOITE DAS MARIONETAS João Seixas | 149 |

| | |
|------------------------|-----|
| A ENCENAÇÃO | 167 |
| José Manuel Lopes | |
| REI SEM COROA | 185 |
| Sérgio Sousa-Rodrigues | |
| A RAINHA ADORMECIDA | 201 |
| Cristina Flora | |

INTRODUÇÃO

«A REPÚBLICA NUNCA EXISTIU!» é um livro que pretende assinalar principalmente o primeiro centenário do Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 — e, por arrastamento, e antecipação, o primeiro centenário da instauração da República em 5 de Outubro de 1910.

A ideia ocorreu-me após o Fórum Fantástico 2006, uma iniciativa da Associação Épica que já se tornou o grande encontro nacional anual de todos os amantes da literatura de ficção científica e fantástico. Entre outros motivos de interesse, a edição daquele ano contou com dois factores que foram decisivos para que este projecto tivesse início, ambos acontecidos no terceiro dia do encontro, a 18 de Novembro: a apresentação de «A Sombra Sobre Lisboa», uma colectânea de contos de vários autores, também editada pela Saída de Emergência, cujo «mote» era a elaboração de narrativas inspiradas pelo estilo de H. P. Lovecraft e que se desenrolassem na capital portuguesa; e a comunicação de Gerson Lodi-Ribeiro sobre o conceito/(sub)género de «história alternativa», uma corrente da FC & F que tem como pressuposto básico o imaginar-se como teria evoluído uma sociedade, um país, enfim, uma parte do mundo «real», se determinado momento histórico não tivesse acontecido ou se o desenlace fosse diferente daquele que efectivamente ocorreu — aquele autor e conferencista brasileiro alertou para o facto de haver pouca produção literária, tanto em Portugal como na nação irmã, no âmbito da «história alternativa».

O terceiro factor decisivo do «triângulo de inspiração» para que este projecto se concretizasse resultou do facto de eu ser membro da Real Associação de Lisboa e de, nessa qualidade, então estar a reflectir desde há algum tempo sobre formas, de preferência inovadoras e com impacto, de contrabalançar, de combater as «comemorações», oficiais, dos 100 anos da República que estavam, e estão, em preparação. Ainda em 2006, contactei Ricardo d’Abranches, Presidente da Direcção da RAL, a quem propus a criação de uma «contra-comissão» para as comemorações da República. Sensatamente, respondeu-me que a Associação tinha estabelecido como primeira e principal prioridade a evocação condigna de outra tragédia, ocorrida dois anos antes.

Assim, a conclusão deste processo foi lógica e inevitável: um livro, uma obra de ficção, colectiva, que fosse lançada aquando do centenário do assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe, e em que todas as

partes (todos os contos) respeitassem os dois seguintes princípios fundamentais: o Regicídio de 1 de Fevereiro, tal como o conhecemos, não aconteceu; e a República nunca foi instaurada em Portugal, nem em 5 de Outubro de 1910 nem depois. Pareceu-me óbvio contactar a Saída de Emergência e propor-lhe este projecto — o Luís Corte Real, imediata e entusiasticamente, aceitou.

Porém, «A República Nunca Existiu!» não é a minha primeira experiência no campo da história alternativa... ou de algo aproximado. Em 2005, e de propósito para coincidir com o 250º aniversário do Terramoto de Lisboa, acabei de escrever um livro a que dei o título de «Espíritos das Luzes» (que, no momento em que escrevo, ainda não está editado) e que «mistura» o ambiente do Portugal setecentista com um cenário de ficção científica. É um trabalho híbrido, parte ficção — o contexto e o enredo que eu criei — e parte realidade — as palavras que personagens verdadeiras, figuras históricas, disseram, escreveram há mais de dois séculos. E para todas essas individualidades poderem coexistir e interagir tive de imaginar um «universo paralelo», um outro tempo e um outro espaço em que (uma outra) Lisboa é a capital... de um planeta/país chamado Portugal.

No ano seguinte, e sem adivinhar o que um evento denominado Fórum Fantástico, que se realizaria no Outono, me iria proporcionar, li durante o Verão dois livros que — coincidência? destino? — me iriam predispor ainda mais para as potencialidades da «realidade (ou história) alternativa»: «Roma Eterna», de Robert Silverberg; e «A Invenção de Leonardo» («Pasquale's Angel», no original), de Paul J. McAuley, este também editado pela Saída de Emergência. Cada um com uma pergunta-chave a acompanhá-lo: «como seria o Mundo se o Império Romano nunca tivesse terminado?»; «e se todas as invenções de Da Vinci funcionassem realmente?». Se no primeiro se imagina toda a Terra «romanizada» até à... «actualidade», e em que a famosa «queda do império» nunca aconteceu, no segundo imagina-se uma Florença transformada por uma revolução industrial (muito) precoce, 300 anos antes do «normal» — porque um certo génio abdicou da arte para se dedicar inteiramente à ciência e à técnica. Em ambos a mesma dúvida fundamental, apesar de implícita, se coloca: seriam as nossas vidas melhores ou piores se a humanidade tivesse seguido esses — ou outros — rumos?

Apesar de, na «realidade paralela» construída em «A República Nunca Existiu!», a Monarquia ter prevalecido, sempre esteve para mim fora de causa impor aos outros escritores que convidei — a todos eles muito, muito, muito obrigado! — um «terceiro princípio fundamental»: Portugal seria indubitavelmente um país melhor se tivesse continuado a ser um Reino e se não se tornasse numa República. Eu acredito nisso (e o meu conto reflecte

essa crença), mas, aqui, daria, e dou, mais importância à liberdade artística do que à (minha) militância monárquica. No entanto, essa eventual imposição nem seria necessária: naturalmente, essa certeza, talvez inconsciente, latente, prevaleceu; no pior dos cenários (alternativos), o nosso país não ficaria pior do que na realidade foi.

Aliás, dos 14 autores participantes, (só) três são, precisamente, «monárquicos militantes»: João Aguiar, Luís Richheimer de Sequeira e eu. E, já agora, será também interessante referir que, dos 14: (só) três são mulheres – poucas, é verdade, mas excelentes; só um não é português – Gerson Lodi-Ribeiro, afinal o «responsável moral» por esta aventura, não iria, obviamente, ficar de fora; dois fazem neste livro a sua estreia literária – Alexandre Vieira e Luís Bettencourt Moniz. Várias outras ligações poderiam igualmente ser estabelecidas entre nós. Exemplos: há professores, jornalistas, advogados; há os que trabalham na área dos computadores, informática, tecnologias da informação e comunicação; os que integra(ra)m associações e/ou colecções literárias nos domínios da ficção científica e do fantástico; enfim, os que nasceram em Lisboa – todos excepto quatro, ou seja, dez! Tudo isto pode servir para salientar tanto o que nos diferencia como o que nos aproxima. E, aqui, todos concordámos que o tema deste livro é interessante, original, relevante; todos lançámos mãos à obra com dedicação e mesmo paixão...

... E talvez, admito, também com alguma melancolia. Pelo menos no meu caso. No Verão de 2007, durante as férias com a minha família, estive em Vila Viçosa, bela terra à qual não regressava há 20 anos. Revisitei o Paço Ducal e quase consegui sentir a «presença» de D. Carlos e da sua família. Visitei a antiga estação ferroviária, agora um Museu do Mármore, e quase consegui «ver» a Família Real entrar num comboio para a sua última viagem juntos. Aclamados por uma pequena multidão onde, quem sabe, estaria uma ainda muito jovem Florbela Espanca...

Octávio dos Santos

«O Partido Republicano em Portugal nunca apresentou um programa, nem verdadeiramente tem um programa. Mais ainda, nem o pode ter: porque todas as reformas que, como Partido Republicano, lhe cumpriria reclamar já foram realizadas pelo liberalismo monárquico. (...) A república não pode deixar de inquietar o espírito de todos os patriotas. Ela seria a confusão, a anarquia, a bancarrota. Além disso (é de urgente patriotismo falar com franqueza), a república entre nós não é uma questão de política interna, mas de política externa. Um movimento insurreccional em Lisboa, triunfante ou semitriunfante, teria no dia seguinte um exército de intervenção marchando sobre nós da fronteira monárquica de Espanha.»

Eça de Queirós (1890)



SEIS MOMENTOS EM TEMPO REAL

João Aguiar

JOÃO AGUIAR nasceu em Lisboa a 28 de Outubro de 1943. É licenciado em Jornalismo pela Universidade Livre de Bruxelas. Fez serviço militar em Angola, onde também colaborou na imprensa e na rádio. É autor de «A Voz dos Deuses» (1984), «O Homem sem Nome» (1986), «O Trono do Altíssimo» (1988), «O Cantos dos Fantasmas» (1990), «Os Comedores de Pérolas» (1992), «A Hora de Sertório» (1994), «A Encomendação das Almas» (1995), «Navegador Solitário» (1996), «Inês de Portugal» (1997), «O Dragão de Fumo» (1998), «Rio das Pérolas» (2000), «A Catedral Verde» (2000), «Diálogo das Compensadas» (2001), «Uma Deusa na Bruma» (2003), «O Sétimo Herói» (2004), «O Jardim das Delícias» (2005), «O Tigre Sentado» (2005), e das séries juvenis «O Bando dos Quatro», «Pedro & Companhia» e «Sebastião e os Mundos Secretos». É co-autor de «A Monarquia Portuguesa». Vários dos seus livros foram traduzidos e publicados no estrangeiro, nomeadamente na Alemanha, Bulgária, Espanha e Itália. Escreveu para televisão, entre outros, os argumentos de «A Marquesa de Vila Rica» e «Os Melhores Anos». Integra o grupo de escritores responsável pelos livros «O Código D'Avintes», «Os Novos Mistérios de Sintra» e «Eça Agora - Os Herdeiros dos Maias». Tem ainda uma obra de não-ficção, «Lapedo - Uma Criança no Vale» (2006). Actualmente é também colaborador das revistas Super Interessante e Tempo Livre.

PRIMEIRO

O PRIMEIRO DIA DE FEVEREIRO COMEÇAVA, lentamente, repousadamente, a escurecer quando chegou, vindo da Rua do Arsenal, o landau que transportava o infante D. Manuel e o visconde de Asseca, oficial-mor da Casa Real.

Chegado ao Terreiro do Paço, o landau foi parar junto da entrada da estação fluvial. Lá dentro, muita gente da Corte, o presidente do Governo, João Franco Castelo Branco, vários ministros: aguardava-se a chegada do vapor D. Luís. A bordo, viajavam o Rei, a Rainha e o Príncipe Real, que regressavam a Lisboa, vindos de Vila Viçosa.

D. Manuel dirigiu-se imediatamente ao general Vasconcellos Porto, ministro da Guerra; este era, entre os membros do Governo ditatorial de João Franco, um dos poucos que o jovem infante apreciava — não que isso tivesse qualquer importância para os mecanismos da política, D. Manuel não tinha voto nessa matéria.

Porém, mesmo sem voto, o infante estava preocupado e ninguém poderia dizer sensatamente que sem razão. Poucos dias antes, a 28 de Janeiro, rebentara em Lisboa uma intentona republicana — isto para já não falar na crescente hostilidade contra a ditadura, ainda que obviamente temporária, de João Franco. Este, um pouco no jeito de quem sossega uma criança nervosa, enviara, a 30 de Janeiro, uma carta a D. Manuel garantindo-lhe que «tudo estava sossegado e não havia nada a recear».

Essa mesma inquietação levou o infante para junto de Vasconcellos Porto e este adoptou a mesma atitude tranquilizadora tomada pelo Presidente do Ministério: tudo estava bem, nada havia a recear. Confiança que não era partilhada pelo coronel Correia, oficial da polícia, que insistia sobre o perigo de não ter sido montado um dispositivo especial de segurança, mas João Franco varreu secamente esses receios, meteu o coronel na ordem.

No exterior, outra voz apreensiva se ouvia: era o tenente-coronel Alfredo de Albuquerque, conversando com o conde de Sabugosa e com o capitão Roçadas, recente herói das campanhas de África. Apontando a carruagem aberta que esperava a família real, desabafava:

— Eu queria que viessem automóveis, mas El-Rei telegrafou-me de Vila Viçosa... prefere viajar em landau aberto...

Entretanto, o D. Luís aproximava-se, vencendo o Tejo.

Quarenta minutos mais tarde, os viajantes reais desembarcavam,

El-Rei envergando o uniforme de generalíssimo. D. Manuel adiantou-se para abraçar os pais e o irmão, depois foi a breve cerimónia dos cumprimentos, seguida de alguns minutos de conversas soltas em que, inevitavelmente, o principal tema era a intentona do dia 28. Discretamente, o visconde de Asseca — a quem o infante, durante o trajecto para o Terreiro do Paço, voltara a falar dos seus receios — aproximou-se de El-Rei, perguntou-lhe se não preferiria, afinal, viajar para o paço em automóvel. Mas D. Carlos estava decidido. Seria a carruagem aberta, para que todos vissem a família real, para que se soubesse que ninguém tinha medo. E acrescentou, num murmúrio que só o visconde pôde ouvir:

— Eu não durmo, Salvador; trago sempre a minha arma carregada.

EXTERIOR. TERREIRO DO PAÇO. A carruagem aberta avança. D. Carlos dá a direita a D. Amélia; em frente do par real, os filhos. O Rei mantém a mão direita no bolso do capote, onde guardou o seu Smith & Wesson de calibre 32. Tal como o filho mais novo, também respira naquele ar da tarde uma ameaça indefinida.

A carruagem roda. O infante olha, distraído, para a estátua de D. José — e vê, sem acreditar, um homem sombrio, de cerrada barba negra, de gabão negro, que ele abre para mostrar uma carabina... «que má brincadeira», pensa D. Manuel, antes de compreender.

E agora, tudo se precipita. O infante vai falar, mas não tem tempo: o homem deixou passar o landau real e depois, rápido, chega-se à frente, põe um joelho em terra e dispara — ao mesmo tempo, do outro lado, um rapaz adianta-se, de pistola em punho, salta para o estribo da carruagem e dispara também...

Mas o Rei, embora ferido nas costas, vira-se para trás, responde ao fogo do homem da carabina enquanto D. Luís Filipe, que também vem armado, se levanta, empunhando o seu Colt, e dispara sobre o segundo pistoleiro. Este logrou atingir o Príncipe Real, mas, cedendo ao impacto das balas recebidas, cai do estribo, tomba por terra e é acabado, a tiros e golpes de sabre, pelos elementos da polícia que rodeiam o landau. Entretanto, D. Luís Filipe, amparado por D. Manuel, desaba sobre o assento, com o peito ensanguentado. A Rainha, que numa primeira explosão gritara «Infames! Infames!», tenta agora socorrer o marido. D. Carlos sangra abundantemente, mas consegue murmurar:

— Manuel... que não o matem!

O infante compreendeu. Debruçando-se por cima do irmão, que desmaiou, grita ao tenente Figueira, que vibrara já uma espadeirada no assassino do capote:

— Tenente! Não mate o homem! Ordem de el-Rei!

Ordem difícil de cumprir, porque o criminoso, embora ferido, ainda empunha a arma; porém, o oficial não só ouviu a ordem: tal como o infante, entendeu-lhe também a razão. Fere ainda o inimigo, mas cuida para que o golpe não seja mortal. Com um pontapé faz voar a carabina. E grita aos seus homens: apanhem-na e guardem-na bem. E arranjam um médico, este miserável tem de sobreviver.

Já a carruagem real se afastou, levada pelo galope dos cavalos. D. Amélia grita ao cocheiro, o leal Bento Caparica: depressa, para o Hospital da Estrela. Mas, na Rua do Arsenal, ouve-se mais um tiro e agora a vítima é o infante D. Manuel, ferido no braço direito. O marquês de Alvito, que segue na segunda carruagem, grita:

— Bento, para o Arsenal! Para o Arsenal!

E, apesar de também ter recebido uma bala, Bento Caparica, ouvindo aquele grito, chicoteia furiosamente os animais. O Arsenal está ali mesmo, em menos de um minuto passam o portão.

ARSENAL.

El-Rei e o Príncipe Real estão estendidos em macas de ferro, cobertas com lençóis improvisados. Os médicos observam-nos: já ali se encontram vários, mas destacam-se o Dr. Moreira Júnior e o Dr. António Lencastre.

Abriu-se um espaço para que possam observar os feridos com a necessária serenidade profissional. A alguma distância, D. Amélia, ansiosa, murmurando orações, não tira os olhos do marido e do filho mais velho. Quanto ao infante D. Manuel, o ferimento sofrido e o choque do atentado tiveram nele um efeito entorpecente. Levam-no para a Sala do Inspector, onde a sua ferida será tratada. Enquanto caminha, quase como um autómato, ele vê passar, apressadamente, João Franco, na companhia de Vasconcellos Porto e de Aires de Ornelas, ministro da Marinha: dirigem-se para a Sala da Balança, vão telefonar, a ordenar providências urgentes.

Afrontando o choque e o ferimento, o jovem endireita-se à vista do chefe do Governo; bem gostaria de o cobrir de recriminações, porém este não é o momento, há algo bem mais urgente. E chama:

— Senhor Presidente, uma palavra!

A turva expressão de João Franco torna-se ainda mais carregada: não tem tempo para ouvir aquela criança! Mas enfim, a criança tem dezoito anos e é infante de Portugal. Aproxima-se, contrariado, invocando já a sua urgência...

— É justamente uma urgência: quando tombou ferido, el-Rei meu pai ordenou — ordenou, digo bem — que fosse poupada a vida do miserável que disparou sobre ele. É muito importante que lhe tratem os ferimentos. Esse homem terá de confessar quem foram os mandantes do atentado. Peço-lhe

que dê instruções à polícia e que seja esta a sua primeira providência.

A criança, afinal, tem razão. João Franco baixa a cabeça, num gesto que é anuência e saudação ao infante. Depois, afasta-se a toda a pressa. Quando o vê pelas costas, D. Manuel sente-se de novo invadido pelo entorpecimento e deixa-se levar, para ser examinado e tratado.

Junto das macas onde jazem D. Carlos e D. Luís Filipe, os médicos ministram aos feridos os primeiros cuidados; ainda é cedo para avaliar sobre o estado de el-Rei, apenas se sabe que vive; o caso do Príncipe Real, embora ele tenha sido gravemente atingido, justifica mais esperanças. É isto o que D. António de Lencastre, um dos médicos presentes, diz à Rainha. Mas, acrescenta, mesmo no caso de el-Rei, não há que desesperar. Entretanto, urge transportar sua majestade e sua alteza real para lugar mais confortável e propício às intervenções cirúrgicas de que necessitam, agora que as medidas inadiáveis foram tomadas.

O Dr. Moreira Júnior indica o Hospital da Estrela, aliás já para lá foi enviada mensagem telefónica a dar as primeiras ordens. O seu colega, D. João de Lencastre, concorda. Mais tarde, acrescenta, logo que possível, quando não haja perigo, sua majestade e sua alteza real serão transportados para o paço das Necessidades...

Uma voz firme, autoritária, interrompe-o:

— Não! Para a Ajuda!

É a Rainha mãe, D. Maria Pia. Tinham telefonado para o paço da Ajuda, a sua residência, a dar a notícia. E a velha senhora ali está, mais cedo do que todos esperavam, mostrando a sua energia indómita.

— Quando for possível, o meu filho e o meu neto irão para a Ajuda! — repete. E, dirigindo-se à nora, acrescenta: — Minha filha, peço o seu apoio. Se me tivessem ouvido mais cedo...!

Todos sabem ao que se refere a Rainha mãe: o paço das Necessidades tem fama de ser maldito. Superstição, certamente, mas é verdade que D. Maria II ali perdeu o seu primeiro marido, Augusto de Leuchtenberg, dois meses após o casamento; ali perderia, logo no parto, três dos seus filhos; ali viveria um Reinado agitado por constantes convulsões; ali morreria com 34 anos somente. Depois, no mesmo paço, viveria D. Pedro V o seu breve romance com D. Estefânia — um ano durara o casamento e o próprio Rei viria a falecer aos 25 anos de idade. Tão sinistra era a reputação das Necessidades, ao cabo de tanta desgraça, que o povo de Lisboa fora em romaria pedir ao novo Rei, D. Luís I, que abandonasse o malfadado paço. E o Rei fizera a vontade ao povo, transferira-se para a Ajuda. A sua viúva, Maria Pia, não esqueceu a tradição popular. D. Amélia tenta acalmar a sogra, diz-lhe que haverá tempo para ponderar a questão.

Mas D. Maria Pia não se acalma porque, nesse momento, surge João

Franco. A velha Rainha cresce para ele e a sua voz eleva-se, com o cortante de um chicote:

— A sua obra, senhor Presidente! — diz ela, apontando as macas.

João Franco, abalado por aquele ataque, não tem palavras para responder. E a Rainha mãe acrescenta:

— Já o acusaram de ser o coveiro da Monarquia. Agora, acuso-o eu. Se o meu filho e o meu neto morrerem, o senhor será o assassino!

Uma vez mais, D. Amélia tenta acalmar a sogra — não que o Presidente do Ministério lhe mereça grande consideração, mas aquela cena é pouco digna.

Lá fora, a noite cai.

HOSPITAL MILITAR da Estrela.

Cortesãos, oficiais, altos funcionários, membros do corpo diplomático, todos contidos a uma distância conveniente, excepto alguns, mais íntimos da família real, entre eles o conde de Tattenbach, ministro da Alemanha em Lisboa.

A junta médica pronunciou-se e o Dr. António de Lencastre vem dar conta à Rainha: o estado de el-Rei é estacionário e o nosso prognóstico é ainda reservado, mas, por mim, sinto-me optimista. Quanto ao Príncipe Real, podemos considerá-lo fora de perigo imediato.

É ainda pouco, mas é um alívio. D. Amélia vira-se para o filho mais novo, que ouviu as notícias a seu lado, e diz-lhe, com carinho, porém com firmeza: ele representa agora a família, é uma pesada responsabilidade.

O moço reage imediatamente. Ele próprio teve já tempo para fazer aquela mesma reflexão.

— Estou pronto, minha querida mãe. Parece-me que, antes de mais, tenho duas coisas a fazer. A primeira é visitar o tenente que dominou aquele homem horrível, o da barba negra. Vi, na altura, que também foi ferido. Há-de estar neste mesmo hospital, certamente...

A Rainha aprova e diz que ela própria irá visitar o tenente Figueira, mais tarde.

— ...A segunda coisa, minha mãe, será para mim um sacrifício, quando devia ser um grande prazer: como sabe, estreia-se em São Carlos uma ópera de Wagner, «Tristão e Isolda», e todos nós iríamos assistir...

— Sim, mas tudo já foi cancelado, por ordem do Governo! Naturalmente!

A vinte metros de distância encontra-se João Franco, rodeado de vários ministros. D. Manuel dirige-se a ele, falando num tom friamente cortês:

— Senhor Presidente, sua majestade a Rainha e eu próprio lhe so-

licitamos que anule a ordem de cancelamento dos espectáculos públicos. Pela minha parte, irei a São Carlos, peço-lhe que mande a polícia tomar providências.

O ditador olha-o com estranheza.

— Senhor infante, as circunstâncias...

Mas D. Manuel interrompe-o:

— As circunstâncias exigem que se ponha cobro aos boatos que hão-de circular por Lisboa. Sua majestade el-Rei e sua alteza real estão vivos, graças a Deus... e apenas a Deus, pois aquele Terreiro do Paço estava deserto, não havia nenhuma providência. É preciso que todos saibam que el-Rei vive, que o Príncipe Real também.

— Senhor infante, a notícia já foi publicada. Peço a vossa alteza que...

— Estou certo de que tal seria a vontade de el-Rei meu pai, se ele estivesse consciente.

Sem mais, D. Manuel vira-lhe as costas e volta para junto da Rainha. Esta, que o olha com ternura, diz-lhe:

— Meu filho, que eu não seja obrigada a sair daqui. É minha intenção passar a noite no hospital, aliás já pedi que me arranjassem um quarto. Se mais nada houvesse, um canto, uma simples maca, me bastariam por esta noite. Hoje, não seria capaz de voltar ao paço, nem de sair daqui...

Uma voz se interpõe:

— Irei eu a São Carlos, com o meu neto!

Mãe e filho não se tinham dado conta da proximidade de D. Maria Pia, que ouvira a conversa. O infante olha com admiração a sua avó, que se mantém muito direita, de cabeça levantada.

DERRADEIROS ACORDES do «Hino da Carta». Uma trovoadade aplausos quase faz tremer as paredes do teatro. Tal como sucedeu à entrada do edifício, com os populares que, mordidos pela curiosidade, observavam a chegada do automóvel, também agora os burgueses e os aristocratas que enchem a sala se comovem estranhamente ao ver no camarote real o jovem infante, pálido, com um braço ao peito, tendo a seu lado a velha Rainha mãe, que parece protegê-lo. É um momento único, este, em que são postas de lado diferenças de opinião, críticas, ódios partidários, até mesmo indiferenças. Um momento em que aquele rapaz de dezoito anos se torna o filho de todas as mulheres maduras que estão na sala, o noivo ferido de todas as raparigas.

Longos minutos decorrem. Enfim, ouvem-se os primeiros acordes do prelúdio do primeiro acto de «Tristão e Isolda».

Fiel ao seu sangue Bragança, D. Manuel é um melómano — ainda ontem, tocou a quatro mãos, com o seu mestre Alexandre Rey Colaço, o

«Septuor» de Beethoven. A estreia em Lisboa de «Tristão» entusiasmou-o, encheu-o de alegre expectativa. No entanto, agora, é incapaz de se concentrar na música de Wagner. O trauma violento regressa, em retrospectiva. Primeiro, tomam conta dele as memórias daquele dia de terror; revive todos os momentos, todas as emoções. E depois da angústia passada, é assaltado por uma angústia presente: o pai e o irmão, em que estado os encontrará quando, finda a récita de gala, voltar ao hospital?

Só então, mas com muita força, a sua mente formula, com mortal nitidez, o princípio de uma equação cujo resultado ele teme: «O meu Pai é el-Rei de Portugal; o Luís Filipe é o herdeiro da coroa. Ambos feridos, com gravidade. Eu...»

Neste ponto e neste momento, invisível e insensível para todos, começa, sob a música trágica e contida de «Tristão e Isolda», começa, no espírito do infante D. Manuel, um processo de alquimia espiritual que virá a mudar toda a história de um país e do seu povo.

Ele espera ainda que não lhe seja exigido desempenhar o papel para o qual já se prepara. Mas sabe que tem de estar pronto.

E a esperança despedaça-se, a confirmação é-lhe revelada logo que reentra no Hospital Militar, sempre na companhia da avó, que se recusou a recolher-se à Ajuda.

Durante a sua ausência em São Carlos, várias coisas ocorreram: descomposto e desorientado, chegara ao hospital o infante D. Afonso, irmão de el-Rei, que saíra de Lisboa nesse dia. D. Carlos recobrou a consciência durante alguns momentos, trocara algumas palavras, não muito coerentes, com o irmão e com João Franco, depois adormecera sem chegar a dizer ao Presidente do Conselho quem desejava que assumisse a Regência — o que era frustrante, porque João Franco esperava secretamente que fosse possível, por uma indicação directa do Rei, tornar os princípios estabelecidos e atribuir a chefia provisória do Estado ao infante D. Afonso.

Nessa altura, D. Amélia encontrava-se à cabeceira do Príncipe Real. D. Luís Filipe estava consciente, embora torturado por violentas dores. Instantes mais tarde, João Franco apresentava-se no quarto. A conversa que manteve com a Rainha e com o Príncipe foi breve mas muito concreta e decisiva.

Assim, agora que D. Manuel entra no hospital, o Presidente do Conselho vem ao seu encontro e curva-se numa vénia que, nota o infante, é desusadamente profunda e formal.

— Senhor D. Manuel, tenho a alegria de poder dizer que sua majestade se encontra tão bem quanto é possível esperar, dada a situação, e que sua alteza real vencerá sem dúvida esta crise, segundo dizem todos os médicos. Entretanto...

João Franco faz uma pausa, respira fundo e termina:

— ...Entretanto, el-Rei e o Príncipe terão sem dúvida uma recuperação lenta, pelo que vossa alteza deverá, a partir de hoje, assumir a Regência.

SEGUNDO

PAÇO DAS NECESSIDADES.

Resistindo delicadamente às objurgatórias de D. Maria Pia, que quer absolutamente ver toda a família na Ajuda, D. Manuel vem passar aqui o resto da noite. Mas, ao chegar, não se retira para os seus aposentos. À saída do hospital, pediu a João Franco — não já como simples infante mas como regente do Reino — que fosse ter com ele ao paço, depois de convocar os altos responsáveis da polícia. E quando o chefe do Governo lhe fez notar o adiantado da hora, D. Manuel olhou-o fixamente e baixou a voz para dizer com uma terrível secura:

— Senhor Presidente, dormiu-se bastante durante todo o dia, para que sucedesse o que sucedeu. Agora, é tempo de acordar. Se o regente pode passar a noite em branco, as autoridades também podem.

Provisoriamente só, na sala que escolheu como gabinete de trabalho temporário, D. Manuel senta-se num canapé e ajeita o braço ferido, que lhe dói.

Para já, as medidas urgentes, que tem de arrancar a João Franco. Afinal de contas, tudo o justifica: a tragédia e o próprio facto de se estar em período de ditadura, com a ordem constitucional suspensa.

Mas este período não pode durar. É preciso resolver tudo rapidamente. E depois, é preciso tempo. Neste momento, o bem mais precioso.

Os médicos e a sua própria intuição lhe dizem que a recuperação do Rei seu pai será lenta, na melhor das hipóteses. Mas tem esperança de poder falar em breve com o irmão.

«Tempo, preciso de tempo.»

— TROUXE ESTES PRIMEIROS relatórios para vossa alteza real. . .

Simplemente «alteza», corrige D. Manuel, com os olhos postos nas folhas de papel. O Príncipe Real está vivo, graças a Deus.

Lê a primeira folha enquanto o graduado da polícia engole em seco: Alfredo Luís da Costa, 23 anos, natural de Casével. Profissão, caixeiro. Trabalhounos Grandes Armazéns do Chiado. Ocupação à data da morte, desconhecida. Solteiro, com uma irmã mais nova a residir em Casével. Suspeito de filiação na Carbonária.

— Portanto, este foi o que morreu. . . — murmura D. Manuel. — E o outro. . .

Manuel José dos Reis da Silva Buíça, 32 anos, natural de Bouçais. Professor, antigo sargento do Exército, atirador de 1ª classe. Viúvo, com dois filhos a cargo de familiares. Vive só, com poucas ou nenhuma relações.

O regente levanta a cabeça, encara os homens que tem na sua frente, entre os quais está João Franco, que ele não convidou a sentar-se.

— Este homem, o Buíça, tem de falar — declara D. Manuel. — Não quero mártires, meus senhores; mas ele tem de falar. Agora, desejo ficar a sós com o senhor Presidente do Conselho.

Continua a não convidar João Franco a sentar-se, porém ele mesmo se levanta. E quando o chefe do Governo esboça o início de um discurso, interrompe-o:

— João Franco, nunca duvidei, e não duvido, das suas boas intenções, do seu patriotismo ou da sua lealdade a el-Rei meu pai. O que vou pedir-lhe demonstra, justamente, esta minha afirmação. De momento — e espero que concorde comigo — todos os seus recursos, toda a sua energia, toda a sua inteligência devem aplicar-se mais como ministro do Reino do que como Presidente do Conselho, e é providencial que já esteja acumulando as duas funções. Com efeito, é preciso que, com grande rapidez, se deslinde o essencial da conspiração e sejam conhecidos os responsáveis. É isto o que eu lhe peço, de todo o coração. O tempo urge.

«TEMPO, preciso de tempo.»

Paço das Necessidades, 5 de Fevereiro.

O regente de Portugal ainda não voltou ao Hospital da Estrela, apenas se manteve informado, pelo telefone, do estado de saúde do Rei e do Príncipe Real. Entre o pessoal doméstico das Necessidades, começa a avolumar-se a lenda de que sua alteza não dorme desde o atentado, porque, exceptuando o seu criado particular, que não fala, vêem o infante sempre acordado, sempre vestido.

D. Manuel interrompeu os estudos. A Escola Naval, a que se destinava, terá de esperar. Às seis da manhã e às cinco da tarde, faz exercícios físicos durante uma hora. Tem recebido, consoante as necessidades mais prementes, o Presidente do Conselho, oficiais da polícia, membros do corpo diplomático. Mas o restante tempo, consome-o a ler e a escrever — apontamentos febris, em folhas soltas, que ele guarda depois num cofre de segredo. Quanto às leituras, não são romances. São relatórios, estudos, panfletos, documentação diversa pedida a todos os Ministérios.

Neste dia 5 de Fevereiro, a sua leitura é interrompida pela chegada do Presidente do Conselho, que ele convocou. Desta vez, D. Manuel esboça

um sorriso cordial, convida o chefe do Governo a sentar-se e inicia imediatamente a conversa:

— Meu caro João Franco, devo agradecer-lhe a sua rápida actuação.

É um preito justo. Durante os três dias anteriores, usando das suas competências como ministro do Reino, João Franco sacudiu a apatia geral, pôs as autoridades a funcionar. Buíça falou, vários chefes da Carbonária estão agora presos, bem como altas personalidades do partido republicano. Nos seus traços essenciais, a conspiração foi posta a descoberto. O presidente do Ministério aceita como merecido o agradecimento do regente e tira da sua pasta um documento enquanto explica:

— Trago a vossa alteza um novo decreto, que vem completar o de 31 de Janeiro, assinado por sua majestade el-Rei. Este invoca a qualidade de «crime militar» para o vil atentado...

D. Manuel interrompe-o:

— João Franco, eu não posso assinar esse decreto. O atentado contra a família real foi um acto hediondo e todos os responsáveis hão-de, espero eu, ser punidos com a maior severidade. Pelos tribunais. O crime foi, a meu ver, uma verdadeira tentativa de parricídio, mas não foi um crime militar, porque nem mesmo o Buíça estava ainda no Exército. Confesso-lhe que, pessoalmente, bem gostaria de ver esse homem horrível fuzilado ou enforcado. Mas não posso. Ambos sabemos que a pena de morte foi abolida em Portugal, pelo Acto Adicional de 1852 e pela reforma de 1867. Isto leva-me ao assunto essencial desta nossa conversa...

O infante marca uma pausa e prossegue:

— Disse-lhe já não duvidar das suas intenções nem da sua lealdade. Aceito que o tempo que governou em ditadura talvez parecesse essencial — pareceu-o, certamente, a el-Rei meu pai — para acalmar o país e fazer reformas muito necessárias. Mas a verdade é que os resultados foram desastrosos. E a imprevidência mostrada no passado dia 1 é imperdoável. Estes e outros motivos levam-me a pedir-lhe, meu caro João Franco, que sirva uma vez mais o País e el-Rei pedindo a sua demissão e a do seu Governo.

HOSPITAL.

— Meu querido pai... demiti o João Franco.

D. Carlos, mantendo os olhos fechados, emite um som indefinido.

— Quem nomeaste?

— O almirante Ferreira do Amaral. Aconselhei-me com o José Luciano de Castro e reuni-me com o Conselho de Estado. O Amaral está a formar um governo de acalmação, concentrando progressistas e regeneradores. A ditadura terminou.

«Oxalá a febre não lhe suba».

Mas D. Carlos abre os olhos e sorri.

— Tu és o regente.

O médico — é D. António Lencastre — intervém:

— Com perdão de vossa alteza... el-Rei deve repousar, agora.

TERCEIRO

PAÇO DA AJUDA. Dezembro de 1908.

Os dois príncipes, sem testemunhas.

Amanhã, D. Luís Filipe assumirá oficialmente a Regência. Retirado em Sintra, D. Carlos convalesce lentamente, ainda sujeito a longos momentos de fadiga.

Os dois irmãos falam sem atender ao protocolo.

— É pouco menos que um milagre, Manuel. Não: é um verdadeiro milagre. E és tu o santo milagreiro. Conta-me, diz-me!

O infante sorri. Apesar da sua juventude, deixaram-lhe marcas fundas, estes meses de Regência.

— Os pormenores estão neste documento, que preparei para ti. O que posso dizer? Naquele dia horrível, o primeiro de Fevereiro, uma coisa, sobretudo, me ajudou: saber que o nosso pai e tu mesmo estavam vivos. O choque e o desgosto da vossa morte ter-me-iam paralisado, julgo eu, pelo menos durante os primeiros dias... quem sabe? Enfim, pensei então: será mais fácil ser regente do que Rei. Nestes primeiros momentos, poderei fazer coisas que el-Rei não poderia ou deveria fazer. É verdade que usei o João Franco para as primeiras providências e depois, logo que pude, livre-me dele.

D. Luís Filipe afasta João Franco com um gesto.

— Do que eu falo é desta nova atmosfera que se respira. Não sei se me entendes...

— Entendo. E é importante que me ouças, porque muita coisa não deve ficar escrita.

Em termos concisos, sem grandes tiradas, o infante explica: logo que assumiu a Regência, passou noites a fio a estudar a situação. Concluiu que, para além de muitas reformas a fazer, faltava algo de essencial: os partidos monárquicos já não tinham ideais, nem doutrina, nem programa. Os políticos, com raras excepções, estavam gastos e, enrodilhados na luta pelo poder, mostravam-se indiferentes às necessidades do País. Como regente, ele não podia intervir, tinha de respeitar as limitações constitucionais. Mas podia, sim, tentar lançar novas ideias, procurar dar força a gente mais nova, a gente diferente.

Dois homens, entre vários outros, tinham respondido ao seu apelo: um, o velho Ramalho Ortigão, quer recrutando jornalistas e escritores mais novos, quer desenvolvendo, lançando em papel e publicando as ideias que ele mesmo, D. Manuel, lhe transmitira: no fundo, uma concepção renovada de monarquia. Que era, afinal, um retorno às origens, guardadas as óbvias distâncias: o pacto, o compromisso entre o povo e o monarca, a responsabilidade deste como garante da liberdade («Nós somos livres, o nosso Rei é livre!»).

— Deus sabe as noites que passei a escrever notas que depois entregava ao Ramalho! Devemos-lhe muito, a ele e a outros cujos nomes te entregarei, numa lista. Hoje, podemos falar num novo pensamento monárquico. Mas isto, evidentemente, não chegava. Era preciso fazer mais, no campo dos partidos. Sobretudo porque, de facto, faltava uma voz essencial nas Cortes...

Essa voz, prossegue o infante, era a dos operários. Ou seja, a voz dos socialistas. E aqui fora vital o auxílio de Alfredo Aquiles Monteverde.

— Tens de falar com o Monteverde, Luís. Conseguiu a colaboração do Azedo Gneco, apesar das tendências republicanas que ele tem... tinha. Este trabalho não está acabado, evidentemente, há muito que fazer. Mas há já o apoio dos operários do arsenal da Marinha. Ouve: é preciso conseguir o apoio do Governo para as propostas feitas pelo Léon Poincard...

— A quem tu pagaste, do teu bolso, para vir a Portugal! — exclamou D. Luís Filipe.

— Era uma das grandes urgências. Para lutar contra a pobreza, precisávamos de estudos rigorosos... mas é preciso que o Governo se interesse. E há também os projectos de assistência da nossa mãe. É preciso juntar todos os esforços, todas as boas vontades...

D. Luís Filipe ergue-se e vai abraçar o irmão.

— Manuel, não sei que títulos e condecorações te dê para...

Nada disso, responde o infante. Mete bem na cabeça que tens de assumir tudo o que de bom se tem feito e venha a fazer. É muito importante. Vê, tenho aqui a lista daqueles que mais me têm apoiado. Esses sim, devem ser ouvidos e recompensados. Temos o Ramalho, o António Cândido, o Soveral, o Sabugosa, o Monteverde, claro...

— E tu, Manuel?

— Eu? Perdi um ano de preparação para a Escola Naval, agora tenho de recuperar...

O novo regente abana a cabeça em negativa.

— Preciso de ti. Ao pé de mim.

QUARTO

EM 1930, PORTUGAL FESTEJOU, simultaneamente, o primeiro aniversário da nova Constituição, que viera substituir a Carta, e o vigésimo aniversário da aclamação de el-Rei D. Luís II. Seu pai, D. Carlos I, falecera em 1915, mas abdicara do trono cinco anos antes, por razões várias, sendo que a mais importante fora o profundo abalo que o atentado de 1908 causara à sua saúde.

No dia seguinte ao dos festejos, o Rei e o seu irmão D. Manuel, agora Príncipe Real, já que D. Luís e D. Isabel Maria ainda não tinham descendência, passeavam juntos, depois do almoço, no parque da Pena. Os dois irmãos rememoravam aqueles vinte anos, as horas difíceis e os momentos de felicidade. Um período de tensão constante fora o da Grande Guerra, em que tanto o monarca como o seu irmão se tinham visto obrigados a desdobrar-se em esforços oficiosos, discretos mas (felizmente) eficientes, para apoiar o Governo de coligação, que, com o total acordo do Rei e do Conselho de Estado, queria manter o País neutral. Portugal precisava desesperadamente da paz para consolidar a sua economia. O grande problema residia nos apetites coloniais do Império Alemão e do Império Britânico; jogar ao mesmo tempo com relações e simpatias nas cortes de Londres e Berlim não fora fácil.

— Enfim, dobrámos esse cabo! — concluiu D. Luís. — E também conseguimos atravessar a crise das grandes reivindicações. Graças, no fundo, às tuas ideias. Sem elas, nunca o Partido Trabalhista seria o que é hoje.

Mesmo a sós com o seu irmão e Rei, D. Manuel preferiu mudar de assunto. A sua intervenção não devia ficar na História, pensava.

— Hoje, o que me preocupa — disse então — é o Sr. Mussolini. Ou melhor, as suas ideias, que já cá chegaram...

— Bem sei: o Oliveira Salazar — replicou D. Luís. — Mas, a meu ver, falta-lhe... fogo. E os nacional-corporativos não têm sequer representação nas Cortes.

No seu passeio, tinham chegado a um pequeno pavilhão octogonal e sentaram-se em bancos de madeira que ali havia.

— Tenho estado a pensar... — disse D. Manuel. — Não achas que é tempo de fazermos uma reconciliação familiar?

— ?

— Refiro-me ao nosso primo Duarte Nuno. E às irmãs, claro. Não é só uma questão familiar, bem sabes. É uma questão de Estado. Infelizmente, estamos os dois na casa dos quarenta e ainda não temos filhos. Às vezes, pergunto-me se a nossa saudosa avó não tinha razão ao falar da «maldição» do paço das Necessidades.

Fez-se um silêncio pesado, triste. Por fim, o Rei murmurou:

— Mas ainda não somos velhos!

D. Manuel emitiu um breve riso.

— Estás casado há dezanove anos, eu há dezassete. Nem a Rainha nem a Vitória Augusta engravidaram uma só vez. Temos de pensar no futuro; e a melhor maneira de evitar discussões e intrigas sobre a sucessão é torná-la desde já transparente.

D. Luís reflectia.

— Que idade tem o moço? — perguntou.

— Vinte e três anos.

O Rei fez «hmmm», sem se comprometer ainda.

— É urgente, sabes? — insistiu D. Manuel. — Eles têm de vir, têm de perder o sotaque austríaco, têm de ser aceites pelo povo. Isso leva algum tempo.

— Mas...

— Promete-me que pensas no assunto.

QUINTO

NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 1945, no paço real da Ajuda, el-Rei D. Luís II aguardava o Presidente do Conselho, que tardava. A irritação desse atraso (que sabia propositado) pôs o envelhecido monarca num estado de espírito melancólico e, quando assim acontecia, tornava-se mais viva a saudade do irmão, cuja fotografia mantinha na sua secretária, ao lado do retrato da Rainha, essa, felizmente, bem viva. D. Manuel falecera inesperadamente em 1932. E, para além da mágoa, para além da saudade, o Rei sofria com a falta dos conselhos sensatos do irmão. Um dos derradeiros, que ele abençoadamente seguira, fora o de reconciliar os dois ramos da família. Príncipe Real desde a morte de D. Manuel, D. Duarte Nuno, já completamente adaptado a Portugal, mostrara-se muito hábil durante toda a guerra. E, ao casar-se com uma princesa do Brasil, descendente de D. Pedro IV, mostrara também um grande senso político. A Casa de Bragança reunificara-se. Findas as tricas sucessórias.

— Meu senhor, chegou o senhor Presidente do Conselho.

— Ah.

— ...É, POIS, COM MUITA ALEGRIA e muito gosto que lhe comunico a decisão que tomei de lhe conferir a grã-cruz da Ordem de Cristo e de o nomear Duque de Salazar e par do Reino.

O breve discurso não pareceu alegrar o chefe do Governo, bem pelo contrário.

— Peço perdão a vossa majestade, mas não será, digamos, prematuro? E o Conselho de Estado...

O Rei e o Presidente do Conselho entendiam-se bem na sua mútua antipatia.

— O Conselho de Estado, evidentemente, foi ouvido... uma pena que o meu caro Presidente não tenha podido assistir, devido, sem dúvida, uma vez mais, aos seus compromissos... enfim, o Conselho de Estado deu a mais entusiástica aprovação.

Silêncio. Depois:

— É o tempo certo, Sr. Prof. Oliveira Salazar. A guerra acabou, os Aliados venceram. É tempo de reentrar em vigor, plenamente, a Constituição de 1929. E é evidente que se torna politicamente inevitável a realização de eleições gerais. Gostaria de receber o seu pedido de demissão ainda hoje.

(«Para não te dar tempo de manobra!»)

Mal o Presidente caído em desgraça saiu do gabinete de despacho, uma outra porta se abriu silenciosamente e entrou, envergando grande uniforme, o brigadeiro Craveiro Lopes. O Rei saudou-o com um sorriso, ele fez uma vénia.

— Está feito, meu caro Francisco.

— E eu posso comunicar a vossa majestade que todas as unidades em Lisboa e no Norte se encontram de prevenção, para o que der e vier.

D. Luís II levantou-se, deu alguns passos para aliviar as dores que sentia na coluna.

— Bom. Convém mantê-lo sob discreta vigilância, até às eleições. Depois, será a responsabilidade do Governo que delas sair. Outra coisa, Francisco: será bom vigiar também esses jovens pró-fascistas, os Milicianos Católicos. Sobretudo o chefe, esse Álvaro Cunhal... é perigoso, porque é muito inteligente e porque é um fanático. E tem uma aliança com os nacional-corporativos do Salazar. Infelizmente, ainda é novo de mais para ser nobilitado e feito par do Reino...

S E X T O

PAÇO DA AJUDA, Junho de 1957

El-Rei D. Duarte II terminou o despacho, o Presidente do Conselho retirou-se há pouco. D. Duarte recosta-se na cadeira e esfrega os olhos, cansado. Subitamente, um dos telefones que estão sobre a secre-

tária começa a tocar e o soberano pega no auscultador, ouve a voz do seu secretário particular:

— Senhor D. Duarte, sua alteza a senhora infanta D. Maria Adelaide deseja falar com vossa majestade.

— Muito bem, pode passar a chamada — responde o Rei, que ao mesmo tempo sorri e pensa: «Aí está a ala esquerda da família!»

Os meios mais reaccionários já chamaram a D. Maria Adelaide «a infanta vermelha». Das poucas vezes que vem ao paço, é como se entrasse uma lufada de ar fresco.

— Mano Duarte?

A infanta vai directamente ao assunto, como sempre. Terá ele lido um relatório sobre a Conferência de Bandung? D. Duarte replica: sim, a conferência realizou-se há dois anos e já leu... mas a irmã, sem muita cerimónia, interrompe-o:

— Eu só agora li. E acho que dá muito que pensar. Com a quantidade de colónias que nós temos...

Províncias ultramarinas, corrige D. Duarte, sem demasiada convicção.

— É o mesmo. E é altura de o país começar a pensar...

Na sua urgência, as ideias acumulam-se, empurram-se: a Casa de Estudantes do Império; a família real do Congo; autonomia; federação; comunidade de nações aliadas; um grande exemplo a dar ao mundo, tal como o da abolição da pena de morte...


D. Duarte ouve-a. Quando pode, introduz uma frase:

— Mana, o que posso eu fazer? Sou Rei, não sou Governo, nem deputado...

— Claro! Mas pode conversar, pode aconselhar, falar com o Presidente do Conselho... é isso o poder moderador, ou não?

Um pouco mais tarde, já terminada a conversa, o Rei levanta-se e vai até à janela.

«Impetuosa como sempre. Mas é bem capaz de ter razão. Esta situação imperial não pode durar... os trabalhistas haviam de apoiar a ideia... tenho de pensar, discutir isto com alguns conselheiros de Estado, antes de...»



MISSÃO 121908

Luísa Marques da Silva

LUÍSA MARQUES DA SILVA nasceu em Lisboa a 23 de Agosto de 1971. Em 1990 começa a frequentar a licenciatura em Matemática Aplicada e Computação do Instituto Superior Técnico (IST) e entra para o grupo de teatro Esquerda Baixa, dirigido por António Feio, que vence o primeiro prémio do 10º Festival de Amadores de Teatro de Lisboa nesse mesmo ano. Termina a licenciatura em 1994 e, em 1997, conclui o mestrado em Engenharia Electrotécnica (ramo de Informática) pelo IST. Durante alguns semestres canta no Coro de Benfica, tenta aprender danças de salão, Alemão e Esperanto, e lecciona no Instituto Superior de Línguas e Administração e na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Em 2000 recebe uma menção honrosa no âmbito do Prémio Revelação Manuel Teixeira Gomes, promovido pela Câmara Municipal de Portimão, pelo conto «Acabou-se!»; este seria incluído no livro «Sete Histórias por Acontecer», publicado em 2001, que combina fantasia com ficção científica e mais umas coisas «indefiníveis». É também em 2001 que se torna investigadora no Laboratório de Sistemas de Língua Falada (L2F) do INESC-ID. Em 2004 termina o doutoramento em Engenharia Informática e de Computadores, realizado em co-tutela entre o IST e a Universidade Blaise-Pascal em França, e lecciona na Universidade Autónoma de Lisboa. Em 2005 escreve o conto «e-Medo», a sua estreia no género de terror, com o qual ganha em 2007 mais uma menção honrosa no Prémio Revelação Manuel Teixeira Gomes. Em 2006, depois de uma nova breve passagem pela Universidade Lusófona, torna-se professora auxiliar no IST e aproveita a mais recente licença de parto para pintar, arrumar a casa e escrever dois livros. Começa ainda uma colaboração com Leonor Zamith no projecto «As Aventuras do Menino Alexandre» (<http://www.leonorzamith.com>). Mãe («babada») de três filhos, o seu ritmo de escrita habitual tem sido de quatro linhas por mês e, por isso, a sua carreira literária não anda muito «saudável». Ainda não conseguiu rever os livros que escreveu em 2006 porque têm mais de 25 páginas, mas ainda tem esperança.

O TELEFONEMA DO CHEFE RIBEIRO, às três da manhã, roubou Samuel ao seu sonho, exactamente no décimo sexto minuto do quarto período REM da noite. Isto de acordo com o electroencefalograma-wireless que se encontrava em cima da mesinha de cabeceira de Samuel e que lhe servia igualmente de despertador.

— Agora. Urgente. — A voz do chefe soou metálica no nano-auricular.

E foi o que bastou: antes sequer de ter realmente compreendido a mensagem do superior, Samuel já tinha saltado da cama. Vestiu-se em segundos, meteu na boca uma pastilha de lavagem instantânea de dentes, beijou a namorada que continuou a dormir e dirigiu-se para a porta. Já com o indicador no scanner da maçaneta, deu uma última olhadela ao seu velho boné de basebol e, instintivamente, largou o puxador e levou a mão um pouco acima da orelha direita: a cicatriz já quase não se notava. De acordo com os médicos, isso queria dizer que o chip biológico já devia ter sido quase absorvido na totalidade, que a sua pontaria devia ser agora mais precisa do que nunca e a sua força de lançamento colossal! Fez um dos seus raros sorrisos e saiu porta fora.

Quando passou à frente do quarto do irmão ficou a pensar se este também teria sido convocado. Seria finalmente desta que iriam partir juntos em missão? Sentiu-se tentado a bater-lhe à porta, mas não quis arriscar perder uns segundos potencialmente preciosos. Naquela vida, qualquer migalhinha de tempo podia ser fulcral e, de qualquer maneira, a probabilidade de os porem juntos na mesma missão era baixa. Se em cinco anos nunca tinham partido em equipa...

Já estava no elevador quando sentiu o coração a acelerar: o seu irmão Daniel saía do quarto, ainda a apertar aos roncões a camisa e as calças, o cabelo verde todo despenteado. Sem o ver, virou-se para beijar uma rapariga gorducha, toda nua, que apareceu à porta. Samuel, envergonhado, tentou fazer passar despercebido o seu metro e noventa, encolhendo-se num dos cantos, e ordenou baixinho ao elevador: «cave 45». A porta estava já a fechar-se quando ouviu o irmão gritar-lhe que esperasse.

«Stop!» disse, resignado. Já sabia o que se ia passar: Daniel ia colocar três piercings no nariz, seis brincos nas orelhas e falar-lhe da rapariga da porta, detalhando exaustivamente a sua vida sexual. Os pendurica-

lhos eram sempre os mesmos; as raparigas sempre diferentes.

Assim foi, e Daniel, que parecia que nem tinha dado conta que ia finalmente partir em missão com o irmão, teria continuado a narrar os mais íntimos pormenores das suas conquistas se o chefe Ribeiro não os aguardasse à frente do elevador. Mesmo que ignorassem o seu ar particularmente apreensivo e o facto de terem sido acordados os dois, a meio da noite, a presença do chefe Ribeiro, ali, à espera, à porta do elevador, chegaria para classificar a situação como muito grave. O que se teria passado?

— Como não temos tempo, vou começar já a explicar-vos o que aconteceu. — disse o chefe, começando a andar à frente deles. — Mark Kellerman e John Ubuntu são dois criminosos com mandatos de captura em todo o mundo civilizado. Desta vez, pensamos que a soldo da Irmandade do Caos Temporal, arranjaram uma máquina do tempo... graças a Deus relativamente primitiva, não lhes permitindo reenvios... saltaram para o passado e...

— Oh, não! — exclamou Daniel, fazendo um ar artificialmente preocupado. — Diz-me que não deram cabo de mais nenhum Rei.

— Infelizmente, sim.

— Pelo menos diz-me que não foi D. Manuel I... — Daniel parou à frente de um espelho e começou a ajeitar o cabelo. — As garinas daquela época fediam todas a canela, e sabes o horror que...

O irmão arrastou-o pelo colarinho e seguiram o chefe Ribeiro que continuava a falar e que estava agora a abrir a porta do seu gabinete.

— ...Saltaram para 1908 e, no dia 1 de Fevereiro, assassinaram D. Carlos I e o infante D. Luís Filipe. Os nossos homens... não, nem vale a pena sentarem-se... localizaram há meia hora uma linha de tempo que diverge da nossa a partir dessa data. Essa linha... Daniel, pára de mexer na minha secretária... Essa linha está a desenvolver-se em paralelo com a nossa... Sim, Daniel, é a minha filha... sim, Daniel, cresceu... e sim, ficou bem bonita e não, não é para o teu bico. Fica quieto, se faz favor... O que é que eu estava a dizer? Ah, a nova linha de tempo vai anular a nossa exactamente daqui a duas horas. O que significa que daqui a cento e vinte minutos, se não conseguirmos reverter a situação, vamos passar para outra linha de tempo.

— E a nova linha é mais fixe que esta? Há mais chavalinhas? — perguntou Daniel com um sorriso sonhador.

Samuel encolheu os ombros, impaciente, e resmungou ao irmão:

— Daniel, sabes bem que até podemos não existir na nova linha do tempo... E lembras-te dos problemas que houve quando assassinaram D. Sebastião e não se conseguiu cancelar a convergência das duas linhas de tempo? Lembras-te dos bugs temporais, contradições, pessoas a viver com

duplas memórias, fantasmas, espíritos...? Lembras-te dos esgotamentos, psicoses...? Lembras-te?

— Ora, man, não tens piada nenhuma...

— Bem, — interrompeu o chefe Ribeiro — em meia hora os nossos homens não tiveram tempo para aprofundar muito os factos históricos da nova linha temporal, mas posso dizer-vos que descobriram duas coisas: primeiro, se D. Carlos e D. Luís Filipe forem assassinados, este último não se vai casar no dia 28 de Junho de 1914 e o Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do Império Austro-Húngaro, não vai estar, nesse dia, no casamento do futuro Rei de Portugal, mas sim em Sarajevo, onde vai ser assassinado...

— Quem é esse...?

O chefe Ribeiro ignorou Daniel e continuou:

— O que acontece é que esse assassinato vai fazer a primeira Guerra Mundial começar dois anos mais cedo e vão morrer bem mais pessoas. Mas há mais: se D. Carlos e D. Luís Filipe forem assassinados, a monarquia acaba em Portugal no século XX.

— Quer dizer que...?

— Exacto, Daniel, o nosso rei D. Carlos VIII não vai existir e nós não vamos fazer parte da sua guarda pessoal.

— Eh, mas isso não é necessariamente mau...

O chefe Ribeiro abanou a cabeça e desta vez foi com notório esforço que conseguiu ignorar Daniel.

— Tenho cinco minutos para vos explicar os detalhes do regicídio. Depois vocês têm três minutos para se vestirem e absorverem informações sobre a época e, de seguida, vão ser enviados para o passado. Como sabem, se alguma coisa correr mal os nossos homens conseguem fazer reenvios até ao momento da convergência, mas não se esqueçam: temos, neste momento... bem... menos de duas horas. Agora, venham comigo... e ... Daniel...

— Já?

— Podes ir tirando essas parvoíces do nariz e das orelhas. E não te esqueças de passar pela máquina-zero-cabelo-castanho antes de te meteres na máquina do tempo. Em 1908, com essa gadelha, eras logo atirado ao rio.

Os dois seguiram o chefe em passadas largas e saltaram sobre um tapete de Arraiolos rolante. Daniel fechava o grupo enquanto removia os metais do corpo. Ia a resmungar.

O tapete parou em frente de uma mesa de recriar, 3D. O chefe passou os dedos por um canto e elevou-se da mesa um magnífico espaço aberto para um rio, com uma estátua a meio e fechado a três quartos por elegantes

edifícios amarelos com arcadas, encontrando-se no centro do bloco de edifícios virado para o rio um imponente arco, ricamente trabalhado.

— Foi no Terreiro do Paço...? — perguntou Samuel, curioso.

O chefe assentiu.

— Ferreiro do quê?

— Terreiro do Paço ou Praça do Comércio, Daniel. Não te lembras? Uma das praças históricas de Lisboa e uma das mais bonitas do mundo. Desapareceu nos finais do século XXI com a subida das águas.

— Ahhh. Já me lembro de ouvir falar disso... Lá pela terceira classe... O ano em que a minha libido se desenvolveu vertiginosamente, graças à minha querida Professora Aurora. Era...

— Bem, — interrompeu o chefe Ribeiro impaciente — na nova linha temporal os acontecimentos do dia 1 de Fevereiro de 1908 foram os seguintes: por volta das cinco da tarde, D. Carlos chega a Lisboa no vapor D. Luís, juntamente com D. Amélia e D. Luís Filipe. — Fez um gesto com a mão e viu-se um barco a atracar. — D. Manuel espera-os no cais.

— Mas o cais não era do lado esquerdo? — perguntou Samuel. Lembra-se de ter visto umas imagens de Lisboa do século XX e era capaz de jurar que o cais era à esquerda de quem olha para o rio.

— Isso foi depois. Naquela altura havia um cais do lado direito...

— Samuel, não interrompas o chefe, se faz favor.

— Continuando... entraram todos para uma carruagem, os infantes de costas para a estrada, os Reis de frente, — fez novo sinal com as mãos e apareceu uma carruagem com quatro figuras que se pôs em movimento. — E, poucos segundos depois, deu-se o primeiro disparo, um tiro de aviso: o assassinato estava em curso.

— Cool, finalmente acção! — comentou Daniel, esfregando as mãos, entusiasmado.

— Como é que podes ser tão estúpido? — Samuel estava chocado. — Morreram pessoas. Levas sempre estas coisas como se fosse uma brincadeira...

— Pá, calma, man. Ninguém morreu mesmo porque nós vamos conseguir alterar essa linha de tempo manhosa e... eh, pá! Já reparaste? Sorri! Vamos juntos desta vez! Vai ser muito importante para ti: vais ver como o teu mano velho é herói e vais...

— Importam-se de se calar?! Já vou em seis minutos de explicações, mais um do que o previsto, e ainda nem cheguei a meio. Começo a pensar que se calhar não é assim tão boa ideia enviar-vos aos dois em missão.

— Peço desculpa.

— Yá, desculpa.

— Avançando... esta missão tem o número de código 121908 e os

nossos serviços atribuíram a Mark Kellerman e a John Ubuntu os nomes de código «Manuel Buiça» e «Alfredo Costa», respectivamente.

— Onde é que os gajos vão buscar esses nomes...?! — deixou escapar Daniel com uma gargalhada enquanto colocava na cabeça o capacete máquina-zero-cabelo-castanho.

— Daniel, se me voltas a interromper, proíbo-te de trazeres mulheres cá para dentro nos próximos setenta anos.

Daniel olhou para ele... e ficou calado.

— Pelo que os nossos homens conseguiram apurar, Manuel Buiça parte daqui, de ao pé deste quiosque, — os robustos dedos do chefe indicavam um ponto na placa central do Terreiro do Paço, perto da estátua de D. José — e posiciona-se atrás da carruagem acabada de passar. No primeiro disparo, atinge o rei no pescoço, partindo-lhe a coluna vertebral; depois ainda o atinge no ombro esquerdo. O segundo regicida, Alfredo Costa, sai do meio das arcadas, — o chefe Ribeiro apontava agora para o edifício assinalado como «Ministério da Fazenda e do Reino» — sobe para a carruagem, dispara à queima-roupa sobre o rei e ainda atinge o príncipe herdeiro no peito, antes de ser morto, não se percebe se pelo próprio príncipe, se por algum guarda. Para terminar este horror, o príncipe é novamente ferido, desta feita por uma bala de Buiça que lhe atravessa a face esquerda e sai pela nuca.

O chefe ficou uns segundos calado, visivelmente incomodado com a tragédia. Depois abanou a cabeça e disse no seu tom ríspido:

— É isto... Vamos.

E os três homens dirigiram-se a uma enorme sala, onde se encontrava uma esfera de vidro com um pouco menos de dois metros de diâmetro.

— Como sabem, não podem levar nenhuma arma, nem de metal, nem de plástico, nem de fibra de carbono. Nada. Nem os nano-auriculares. Na máquina só viaja carinha e tecido. Aliás, alguns tecidos. Portanto, meus senhores, tomem uma pastilha energética, vistam estas roupas... sim, Daniel, essas calças picam, chama-se fazenda, mas vais vesti-las na mesma... e, não, não se apertam sozinhas com comandos de voz... e podemos passar rapidamente à... não, Daniel, não podes ir de ténis... sim, são essas botas, azar se as achas feias... Onde é que eu estava? Ah... vamos então à captação mental ultra-fast-forward de informação sobre a época. Foi o que os nossos homens conseguiram encontrar. Inclui uma descrição do regicídio feita pelo próprio D. Manuel.

Dois minutos depois estavam finalmente prontos. Samuel passou descontraidamente o detector de materiais não compatíveis, entrou seguro na máquina que os transportaria para a outra linha temporal e posicionou-se, muito direito, bem ao centro da área de transferência. O irmão seguiu-o,

mas a máquina apitou. Daniel ficou uns segundos a meditar e depois, para grande vergonha de Samuel, meteu a mão na parte da frente das calças, es-carafunchou uns bons segundos e, finalmente, retirou a mão com um pier-cing. Sem dar tempo ao chefe de reagir, pôs-lhe o pequeno objecto na mão, deu-lhe uma palmada amigalhaça nas costas, à laia de despedida, voltou a passar no detector, que desta vez não deu sinal de vida, e entrou também ele na grande máquina. Ao contrário do irmão, dirigiu-se para a sua área de transferência sem grande entusiasmo e com um ar enjoado: ainda não se tinha esquecido do mal estar que lhe provocavam os grandes saltos tempo-rais. Com os pequeninos lidava bem, mas os saltos superiores a 200 anos, quer para o passado, quer para o futuro, provocavam-lhe sempre uma curta mas forte má disposição.

— Samuel, tu tratas do Buíça e vais ser enviado para ao pé da estátua do D. José; Daniel, tu ficas debaixo das arcadas, com o Alfredo Costa e... já sabem: como queremos que tenham o mínimo contacto com os locais, serão enviados quase para cima do acontecimento.

— Pois, só que o Buíça e o Costa vão para lá bem antes de nós e têm tempo de arranjar armas, cúmplices e coisas dessas... — reclamou Daniel.

— As coisas são como são... E olhem mais uma coisa: fui eu quem sugeri pôr-vos em equipa. Mesmo sendo irmãos. Agora, por favor, lembrem-se que para além de irmãos são também profissionais e não me deixem mal... Bem, estão prontos? Então... aqui vai.

FUSÃO TEMPORAL DENTRO DE 1 HORA E 5 MINUTOS.

Samuel demorou apenas uns segundos a assimilar que estava em 1908. No início era como um sonho, o ambiente era sempre irreal. E aquela luminosidade de fim da tarde de um belo dia de Inverno dava-lhe exactamente o tom onírico. Como sabia que dificilmente poderia contar com o irmão no primeiro round, deu-o inconscientemente como perdido — era como chegar ao local de férias um dia antes dos amigos: exploram-se as redondezas, mas não se faz nada de jeito — e permitiu-se a si próprio uns segundos para absorver o ambiente. Isto apesar de na sua cabeça achar que estava a fazer alguma coisa de útil para a missão, nomeadamente reconhecer o terreno.

Independentemente das motivações, era certo que se encontrava no Terreiro do Paço — a estátua de D. José I, a menos de cinco metros, não deixava espaço para dúvidas — e deu por si a fitar uma mulher muito velha e baixa vestida de preto, e a horrorizar-se pelo estado em que esta tinha os dentes: sujos, quase pretos, esburacados e ausentes. Simpática, esta olhou para ele, impressionada pela sua estatura e fez-lhe um sorriso. Samuel retribuiu, atrapalhado, e desviou rapidamente os olhos, que se foram fixar numa

garotinha que acabava de tirar uma enorme maçã de um cesto quase maior do que ela. Deu-lhe uma trinca e tinha iniciado o processo de mastigação quando reparou que era observada. Com a boca cheia de bocados de reineita, deitou-lhe a língua de fora, atrevida. Samuel desviou o olhar, incomodado. Odiava crianças. Sempre as odiara. Mesmo há uns anos, quando estas eram da sua idade.

O barulho de cavalos fê-lo desviar a atenção da menina e da velhota. Deu meia volta e apercebeu-se que o vapor D. Luís, que transportara a família real para a sua desgraça, já se encontrava no cais e, mais grave, que várias carruagens já estavam em movimento. E depois viu-os. Durante uns segundos ficou de boca aberta a observar a família real: tal como o chefe Ribeiro lhes tinha dito, D. Manuel e D. Luís Filipe sentavam-se de costas para a estrada; D. Carlos e D. Amélia, de frente. Sua majestade ia fardada e a rainha levava um vestido escuro e tinha nas mãos um enorme ramo de flores. Lembrava-se de ter lido que era muito alta, mas não deixou de ficar impressionado com a sua imponente figura.

D. Amélia estava a conversar com o filho mais novo. De acordo com a descrição do regicídio feita por D. Manuel, a Mãe explicava-lhe que se tinham atrasado no seu regresso de Vila Viçosa porque tinha havido um descarrilamento, e Samuel deu por si a pensar que, se conseguisse evitar o regicídio, talvez eles chegassem a falar sobre a estreia de «Tristão e Isolda», marcada para essa noite, no São Carlos.

Ficou a vê-los passar e a deliciar-se com o banho de imersão em passado histórico. Às vezes até se perguntava se não era exactamente por isso, pelo factor «história em directo», que tinha escolhido aquela profissão, pois pela adrenalina não era, isso tinha ele a certeza.

O estampido de uma bala despertou-o dos seus pensamentos: pronto, o tiro de aviso... tinha começado! O que é que podia fazer? E ainda não havia rastros de Daniel... Teria de agir sozinho!

Ia começar a correr em direcção à carruagem quando viu um homem barbudo, envergando um pesado gabão e empunhando uma Winchester, dirigir-se ao meio da estrada, impunemente, quase calmamente. Horrificado, Samuel viu-o ajoelhar-se e fazer pontaria ao rei. Ainda gritou com todas as suas forças, para o distrair, para o fazer falhar, mas a bala que ia vitimar D. Carlos já ia a caminho.

Mal chegou a 1908, Daniel caiu de rabo no chão, tonto e enjoado. Sabia muito bem onde estava — estava por baixo das arcadas, junto ao antigo Ministério da Fazenda e do Reino — mas não era capaz de se pôr em pé. Todas as suas energias estavam concentradas no esforço de não vomitar. Porque raio é que os saltos temporais o afectavam daquela maneira, e ao irmão,

não? Ele que sempre fora o mais forte e poderoso dos dois (pelo menos assim acreditava). Deixou-se estar um bocado sentado, com a cabeça entre os joelhos, na esperança de enganar as tonturas, quando sentiu uma mão pousar meigamente no seu ombro. Levantou a cabeça e viu a mulher mais linda que alguma vez lhe tinha sido dado a ver: era muito morena de pele, com grandes caracóis castanho claro e olhos escuros; tinha umas pestanas infinitas e uns lábios em forma de coração; trazia um decote... um decote... Daniel não saberia como descrevê-lo ao irmão.

Fez-lhe um sorriso capaz de acordar um morto, daqueles que conjugam covinhas e dentes naturalmente perfeitos, e estendeu-lhe uma concha de cortiça com um líquido que Daniel não conseguiu identificar. O guarda de sua majestade bebeu tudo até ao fim e só depois se lembrou que não devia beber nada de outras épocas, sob pena de apanhar uma valente diarreia. De qualquer maneira, não pensou muito no assunto: o que quer que fosse, tinha-lhe sabido a barras energéticas e já se sentia bem melhor.

Ia aceitar a mão da rapariga para se levantar quando ouviu o barulho de cascos de cavalo. Durante uns segundos desviou a atenção da sua musa e tentou ver o que se estava a passar por entre as pernas da pequena multidão que tinha ido ver a família real. Depois, sentiu de novo a pressão (e urgência?) da mão da rapariga sobre a sua e levantou-se. Com algum espanto, apercebeu-se que estava em forma. Completa e totalmente. E assim ficou, em pé, agarrado à mão da rapariga, sem saber muito bem o que fazer. Uma ínfima parte do seu processador cerebral sabia que tinha de ir dar apoio ao irmão; a outra parte... bem... a outra parte...

O primeiro tiro — o tiro de aviso como lhe tinha chamado o chefe Ribeiro — ecoou no fim de tarde e tirou-o das suas indecisões. Largou imediatamente a rapariga e saiu de debaixo das arcadas. Viu passar a caruagem do rei e sentiu a excitação a invadir-lhe o corpo. Acção. Ia começar. Não havia dúvidas de que gostava.

Ouviu um grito feroz que bem conhecia e viu o irmão a correr em direcção a um barbudo que — reparava agora — se encontrava no meio da rua, com uma carabina na mão e que se preparava para disparar.

Soou o tiro. Desta vez o tiro fatal. Sentiu um arrepio percorrer-lhe o corpo. O rei ia morrer e não havia nada que ele pudesse fazer.

Daniel digeriu a frustração em segundos — «Que se lixe, perdido por cem, perdido por mil, já nos vão reenviar outra vez!» — e recomeçou a correr em sentido contrário, em direcção à rapariga. Quando a alcançou, lançou-se sobre ela, deitando-a ao chão e cobrindo-a «heroicamente» com o seu corpo. Mesmo sabendo que ali não havia nenhum risco de serem atingidos, o tiroteio era bem audível e uma boa desculpa.

E já estava a começar a sentir o formigueiro resultante (ou não) do

pequeno salto temporal a que ia ser sujeito quando reparou, surpreendido, num smiley amarelo que lhe sorria da fronteira do decote da rapariga. Ainda estava a tentar assimilar o significado da sua descoberta, quando foi reenviado.

FUSÃO TEMPORAL DENTRO DE 48 MINUTOS.

Desta vez Samuel não perdeu um segundo. Viu pelo canto do olho a mulher desdentada e a rapariguinha do cesto de maçãs, mas não ficou a observá-las e começou imediatamente à procura de Buíça. Calculou que devia estar uns bons metros à sua direita, do outro lado da estátua do D. José. Reparou que o navio já lá estava e que a família real já se tinha instalado na carruagem. Ver de novo o rei vivo deu-lhe uma verdadeira alegria. Era um profissional, mas ficava sempre perturbado quando não conseguia impedir uma morte. Não podia voltar a falhar.

Daniel estava de pé no mesmo sítio onde caíra com o rabo no chão. Sentia-se perfeitamente. Olhou em volta, à procura da rapariga, mas não a viu em lado nenhum. Suspirou — queimava-lhe a língua uma quantidade imensa de perguntas para lhe fazer, em particular: o que fazia um smiley num (belo) decote de 1908? — e foi espreitar a rua. As carruagens estavam agora prestes a partir. Voltou para debaixo das arcadas e começou a procurar alguém que pudesse ser Alfredo Costa. Mas parecia que só via mulheres à sua frente. Duas ou três vezes teve de se forçar a procurar o assassino e não a rapariga. E foi então que ouviu o primeiro tiro: o tiro de aviso. Em breve ecoaria o tiro fatal.

Só quando as carruagens já estavam a passar em frente do Ministério da Fazenda e do Reino é que Samuel avistou Buíça. Estava a uns quinze metros deste quando o viu deixar passar a carruagem e dirigir-se para o meio da estrada. Samuel correu no seu encalço e saltou sem cerimónias sobre ele, sem se esquecer de soltar um dos seus assustadores gritos de guerra.

Daniel ouviu o grito do irmão no mesmo instante em que localizou Alfredo Costa. Estava a passar as arcadas a pente fino quando o viu à sua frente, a observar a estrada. Dirigiu-se rapidamente na sua direcção, só que o regicida... desapareceu de repente. Calculando que já estaria no encalço da carruagem, Daniel saiu de debaixo das arcadas, pronto a interceptá-lo, mas... não havia sinal do homem. Avançou um bocado, baralhado, quando ouviu gritos atrás de si: Alfredo Costa acabara de furar o parco cordão policial e

corria em direção à família real. Daniel correu atrás dele, e quando o assassino pôs o pé no estribo puxou-o violentamente para baixo.

Na carruagem mal se tinham apercebido do ataque lateral, dado que todos olhavam, espantados, para dois homens que lutavam violentamente uns metros atrás. Daniel, com dois socos bem aplicados no queixo do adversário, deitou-o por terra. Sorriu para os guardas que se aproximavam, levantando os braços para indicar que estava desarmado e, sem perder o sorriso, voltou-se para ver como se estava a safar o irmão. Viu-o desviar-se de um gancho de Buíça e preparar-se para lhe desfechar um uppercut poderoso. «Força, pá!» — gritou Daniel. Em breve o irmão daria cabo do barbu-do. «Uma missão trivial» — pensou — «Somos mesmo bons!»

Só que pensou cedo demais: num movimento impossível, Buíça desviou-se do soco, saltou sobre a carabina e disparou sobre Samuel que caiu agarrado ao peito. Depois voltou-se para a carruagem e teria continuado a disparar se a carruagem não tivesse, entretanto, feito a curva na rua do Arsenal. Buíça começou então a correr atrás dela, mas foi apanhado pelo tenente Figueira com o qual se envolveu numa luta.

Daniel correu para o irmão, ajoelhou-se a seu lado e soergueu-o. Sentiu-se gelar quando viu que este tinha a camisa encharcada em sangue. Com a mão tentou estancar a ferida.

— Não te mexas, pá... tem calma... vamos ser já reenviados.

Samuel abriu a boca para responder e fugiu-lhe uma golfada vermelha por entre os lábios.

— Não fales, pá, não fales. — Daniel não se apercebeu que estava a chorar. — Já vamos ser reenviados... já vais ficar bom.

Daniel contraiu o corpo, à espera do reenvio iminente. Mas porque tardava tanto? Lia na crescente mancha de sangue a passagem dos segundos. Um, outro, mais um, mais um... tantos, mas porquê tantos? Quando alguém usava aquela máquina do tempo, se era ferido, o reenvio era normalmente imediato. Ficavam doridos, mas a ferida desaparecia. Se morressem... Já tinha ouvido muitas histórias em que as coisas tinham corrido mal e parecia que todas essas histórias estavam naquele momento a competir entre si para terem a sua atenção. Mas porque é que tardava o reenvio?

Samuel começou a revirar os olhos e Daniel percebeu nessa altura o quanto gostava do seu irmãozinho sério, adulto desde os dois anos, que apenas gostava da sua única namorada de sempre, de História e de basebol. Nem reparou que soluçava, enquanto apertava o irmão contra si e repetia:

— Vais ficar bom. Já vamos ser reenviados. Vais ficar...

Desta vez Samuel demorou uns segundos a sintonizar-se com a situação. Sentia-se muito cansado e uma opressão estranha no peito. Foi o avistar da velhota desdentada e da garotinha que lhe fez chegar ao cérebro as imagens dos últimos acontecimentos. Não perdeu tempo com questões filosóficas e começou logo a caminhar em passo apressado, em direcção à estrada, preparado para apanhar Buíça.

Repetindo os acontecimentos do reenvio anterior e com uma forte sensação de déjà vu, saltou sobre o regicida e iniciou a luta corpo a corpo que, desta vez, tinha «ensaiada». Esquivou-se ao primeiro soco de Buíça e comemorou vitória quando leu nos olhos dele a surpresa pela sua antecipação. Estava a lutar, divertindo-se com as suas novas capacidades divinatórias, quando ouviu um rugido assustador.

Daniel fez um esforço sobre-humano para não ir logo ajudar o irmão e correu ao ponto onde tinha visto Alfredo Costa. Quando se deu conta de que este não estava lá, decidiu que ia dar uma mãozinha a Samuel e que trataria do «seu» assassino depois. Voltou para trás, alcançando rapidamente os dois homens que lutavam e, sem pensar duas vezes, saltou em voo para cima de Buíça. Não lhe deu hipóteses: socou-o violenta e repetidamente na face até o deixar K.O. Foi quando se preparou para encarar o irmão que se apercebeu que ele já não estava ali.

Samuel corria atrás da carruagem, gritando a plenos pulmões para que a família real se protegesse de Alfredo Costa, que surgia agora do lado esquerdo do landau. Infelizmente, todos olhavam para Samuel e Daniel, e só repararam na presença do segundo assassino quando este subiu para a carruagem e disparou à queima-roupa sobre o rei e sobre o príncipe herdeiro. Quando, finalmente, os guardas do rei atacaram o assassino, era tarde demais: D. Carlos jazia sobre a rainha D. Amélia e D. Manuel tentava amparar D. Luís Filipe, que sangrava abundantemente da face. Entretanto, a carruagem desapareceu na rua do Arsenal e Samuel deixou de correr. Ficou uns segundos a recuperar fôlego, as mãos nos joelhos, a cabeça baixa, desalentado. Tinha acontecido mais uma vez: uma família — aquela família que era suposto eles salvarem — tinha sido massacrada. Porque é que o irmão tinha decidido ir ao Buíça? Não sabia que ele era capaz de se desembaraçar dele sozinho? A imagem de D. Amélia não lhe saía da cabeça. Acima de ser rainha, era Mãe. E tinha acabado de ver um filho morrer. Samuel, com lágrimas nos olhos, voltou-se para trás e, antes do novo reenvio, conseguiu gritar ao irmão, numa voz que não deixava dúvidas: «eu trato do Buíça».

Daniel ouviu o irmão e sentiu-se envergonhado. Tinha sido um idiota... mas... nunca na sua vida tivera o irmão a morrer-lhe nos braços. Encarava a sua profissão como um jogo (várias tentativas para salvar um rei ou uma rainha ou apenas algum VIP), mas agora percebia que a «brincadeira» não era realmente uma «brincadeira». Sentou-se no chão, desanimado, à espera do novo reenvio e os seus olhos vaguearam pelas arcadas do Ministério da Fazenda e do Reino. E foi então que a avistou — a «smiley girl», como ele a baptizara mentalmente — perto do grupo de pessoas que se juntara à volta do corpo tombado de Alfredo Costa. Os olhos de ambos encontraram-se e, para surpresa de Daniel, viu-a apontar o corpo do regicida com um braço e, com o outro, as arcadas à sua direita. Compreendeu que a «smiley girl» continuava a ajudá-lo.

FUSÃO TEMPORAL DENTRO DE 11 MINUTOS.

Ainda mal tinha sido reenviado, Daniel já corria na direcção que a «smiley girl» lhe indicara e, tal como esperava, encontrou Alfredo Costa, num canto sombrio das arcadas, a observar a rua. Daniel não conseguiu disfarçar um sorriso de alívio: punha-o fora de combate e podia de seguida dar a tal mãozinha ao irmão, quer ele quisesse, quer não. A imagem deste à beira da morte continuava a invadir-lhe os pensamentos, sem tréguas. Era incrível como um reenvio podia «curar» as feridas do corpo, mas não as da mente.

Aproximou-se de Alfredo Costa e tocou-lhe no ombro; quando ele se voltasse teria uma poderosa direita, uma das especialidades de Daniel, à espera.

Só que Daniel não contou que o regicida tivesse a arma em punho e que a usasse para o atingir violentamente na face.

Apesar da urgência, Samuel não deixou de se sentir ridículo por estar a repetir a mesma acção pela terceira vez. Tinha uma tripla vantagem sobre Buíça e sabia exactamente o que tinha de (não) fazer. Viu-o avançar para o meio da rua, mas desta vez esperou que este pusesse o joelho em terra, tal como o vira fazer no primeiro reenvio, para lhe saltar em cima. Assim tinha a vantagem de o apanhar em total desequilíbrio.

E de facto valeu a pena esperar aqueles segundos, pois Buíça caiu violentamente de costas, sob os mais de noventa quilos de Samuel. Aproveitando a situação, Samuel arranhou espaço para lhe desfechar três socos selvagens e a arma, mesmo ali ao lado, foi a cereja no topo do bolo: uma coronhada valente no nariz do regicida pô-lo finalmente fora de combate.

Daniel sentiu-se sacudido e por uns instantes achou que ainda estava na sua cama em Lisboa, no seu quarto, no centésimo andar da Torre dos Assuntos Régios. Depois apercebeu-se que estava deitado em algo bem duro que não podia ser a sua cama de água. Assustado, abriu os olhos e viu a rapariga do smiley.

Num segundo lembrou-se do que tinha acontecido — «Estúpido, estúpido, como é que posso ser tão estúpido?» — levantou-se num salto, quase atirando a rapariga ao chão, e começou a correr. Talvez ainda fosse a tempo de interceptar Alfredo Costa. Talvez. Se houvesse um milagre.

Samuel estava a observar o seu adversário caído quando ouviu o barulho de um tiro. Horrorizado, virou-se mesmo a tempo de ver Alfredo Costa disparar sobre o rei D. Carlos e preparar-se para continuar o morticínio. Sentiu a alma cair-lhe aos pés, sem perceber se devido ao facto de terem voltado a falhar a sua missão quando estavam a menos de dez minutos para a convergência temporal, se devido à ausência do seu irmão. O que se teria passado com ele? Onde estava Daniel?

Daniel conseguiu agarrar o casaco de Alfredo Costa exactamente dois segundos depois de este ter disparado o tiro que perfuraria o pulmão de D. Luís Filipe. Tinha visto o rei ser atingido, mas desta vez nem lhe passou pela cabeça ir «curtir» os últimos segundos antes do reenvio nos braços da sua musa. Tinha finalmente percebido que em cada reenvio pessoas sofriam e morriam.

Sentindo que o puxavam, Alfredo Costa, que estava apenas apoiado no estribo, acabou por subir para a carruagem, arrastando Daniel atrás. Os dois homens começaram a lutar naquele espaço mínimo e Daniel não teve grandes dificuldades em pô-lo fora de combate, atirando-o «borda fora». Entretanto, a carruagem fazia a curva para a rua do Arsenal e Daniel voltou-se para encarar o irmão, envergonhado por ter falhado. Mas mais uma vez os acontecimentos superaram a sua imaginação: ao longe, Samuel jazia no chão, de novo coberto de sangue. Uma bala perdida?

Desalentado, Daniel deixou-se cair sob os estofos do landau. Com a distância que os separava, nem valia a pena correr para o irmão: ia certamente ser reenviado antes de conseguir lá chegar. Os seus olhos pousaram-se em D. Amélia, que tentava segurar o corpo do marido, sem tirar os olhos do filho, tentando encontrar esperança num qualquer sinal de vida. Depois, Daniel deu por si a olhar para D. Manuel. Amparava o irmão, tentando estancar-lhe (inutilmente) o sangue com um lenço e murmurava-lhe palavras de esperança. Palavras idênticas às que uns minutos antes dissera ao seu próprio irmão.

Samuel perdeu exactamente nove segundos a pensar no que ia fazer. Era o último reenvio e não podia falhar. Tinha de salvar o rei e o príncipe, mas também tinha de não morrer. E já compreendera que não podia voltar a repetir nenhuma das acções anteriores ou era muito provavelmente isso que ia acontecer. Indeciso, olhou à volta em busca de inspiração e os seus olhos pousaram-se, mais uma vez, na velha e na garotita das maçãs. Ao nono segundo, Samuel levou a mão um pouco acima da orelha direita e sorriu.

Enquanto corria, Daniel decidiu, sem remorsos, que ia atacar o «seu» regicida pelas costas: que se lixasse!

Já avistara Alfredo Costa quando alguém se meteu à sua frente, fazendo-o tropeçar e quase cair. Surpreendido, deparou-se com a «smiley girl» segurando uma enorme pedra nas mãos.

— Nível 6 de evolução, violência interdita — disse em tom de explicação, entregando-lhe a pedra.

Daniel aceitou, e se não perdeu tempo a fazer-lhe perguntas, também não perdeu tempo a pôr Alfredo Costa fora de combate, com uma valente pedrada na cabeça. Preparava-se para ir ajudar o irmão quando foi sobresaltado pelo primeiro tiro. Ia começar a correr quando a rapariga voltou a barrar-lhe o caminho.

— Espera. Olha.

Para grande surpresa, viu o irmão atravessar a rua numa corrida e ir abrigar-se atrás das arcadas do Ministério, levando com ele um grande cesto. Logo a seguir, viu Buíça dirigir-se para a sua posição, a arma já a descoberto. Mas o que é que o irmão estava a fazer? Teria enlouquecido? Daniel largou a correr em direcção à carruagem — «Meu Deus, nunca chegarei a tempo!» — mas um grito, misto de dor e de espanto, fê-lo parar: Buíça esfregava a cabeça, entre o atordoado e o espantado. No chão uma enorme maçã reineta.

Buíça voltou-se na direcção do «disparo» e uma nova maçã acertou-lhe em cheio, bem no meio da testa. Cambaleou, meio tonto, e uma terceira maçã arrancou-lhe a arma da mão. Tentou recuperá-la, mas uma saraivada de maçãs começaram a atingir-lhe dolorosamente vários pontos do corpo.

Entretanto, a carruagem avançava, passando à frente de Daniel que deu por si a sorrir abertamente a D. Luís e a D. Manuel. Ambos o saudaram com um discreto aceno.

Samuel estava divertidíssimo a atirar as maçãs. Estava a saber-lhe tão bem como um bom jogo de basebol. Nunca tinha pensado numa singela maçã como arma de arremesso, mas os efeitos que lhes dava transformava-as em verdadeiros petardos. Bendito chip! Foi atirando as peças de fruta, calmamente, uma a uma, ao mesmo tempo que ia controlando a passagem da carruagem. Quando esta fez a curva para a rua do Arsenal, foi simplesmente afastar a arma de ao pé de Buíça, que já nem tentava levantar-se.

Daniel regressou para junto da rapariga e perguntou-lhe:

— Como é que te chamas e de onde vens tu?

— Sara. Venho de um futuro duzentos anos mais futuro do que tu.

— E porque é que vieste...? — perguntou Daniel.

— Porque vocês iam falhar a vossa missão.

— Ora, como é que sabes que íamos falhar?

— Olha, é uma longa história que não é para agora. Mas não te esqueças que venho do futuro.

— E então... rapariga do futuro... há futuro para nós?

A rapariga sorriu e tirou um minúsculo embrulho de tecido de um bolso.

— Toma... uma madeixa minha. Daqui a dois anos vocês vão conseguir fazer maravilhas a partir do DNA de uma pessoa.

— Afinal... sempre há futuro para nós.

E antes de ficar tudo preto à sua volta, Daniel ainda a ouviu dizer:

— Sim. Eu sou a prova disso.

No instante seguinte, duas sequências de letras brilharam-lhe à frente dos olhos e Daniel leu «SIMULAÇÃO TERMINADA».

DANIEL ABRIU OS OLHOS e demorou uns segundos a focar a cara do chefe Ribeiro. Depois, ouviu a voz do irmão:

— Era uma simulação?!!

Daniel olhou para Samuel ainda sem compreender. A voz do chefe demorou uns segundos a ouvir-se:

— Era... Desculpem, tínhamos que ver como reagiam em equipa.

— Eu... e... o que é que... — começava a fazer-se luz no espírito de Daniel. — Simulação? Mas.. e a «smiley girl»?

— Que «smiley... girl», Daniel? — perguntou o chefe Ribeiro.

— Então... a rapariga... — Daniel desviou os olhos do chefe que o olhava com um ar de quem já não tem mais paciência para histórias de mulheres e fixou-os no irmão. Para seu grande espanto este olhava-o exactamente do mesmo modo. Inseguro pela primeira vez na vida, Daniel levou a mão ao bolso. Quase suspirou alto quando sentiu o pequeno volume da


madeixa. Pelo menos não estava louco. Resolveu não falar no assunto. Não antes de ter reflectido sobre tudo o que acontecera.

— Bem... e pelo menos podemos ir descansar? — perguntou chateado. Simulação ou realidade, a verdade é que se sentia esgotado e apetecia-lhe outra vez vomitar. E se tinha sido realmente uma simulação para quê fazerem-no passar por todo aquele mal estar? Que raios!

— Infelizmente, não... não podem ir descansar.

— Não? — perguntaram os dois em coro.

— Bem, meus senhores, apesar de não ter corrido na perfeição, o baptismo conjunto está feito. Podem ir-se preparando para a verdadeira missão: uma simpática viagem até 1143. Têm o D. Afonso Henriques para salvar. E desta vez é a sério. Ou então... olé!



O NOME DO REI

Bruno Martins Soares

BRUNO MARTINS SOARES nasceu em Lisboa a 5 de Agosto de 1971. Passou metade da sua vida no Funchal e a outra metade na capital – que continua a ser a sua cidade de eleição. Escreve ficção desde os 12 anos e em 1994 ganhou uma menção honrosa no Concurso Nacional de Jovens Criadores, tendo vencido a edição de 1996 do mesmo concurso. Este prémio levou-o a Turim, onde representou Portugal na Bienal de Jovens Criadores da Europa e do Mediterrâneo de 1997, e onde o seu conto «Mindsweeper», publicado originalmente em «Contos Inéditos – Selecção dos Concursos Jovens Criadores ‘96» pelo Clube Português de Artes e Ideias em 1996, foi traduzido e publicado em italiano na colectânea «Quattordici Giovani Narratori Dei Mediterraneo», pela editora Lindau. Participou ainda nas Bienais de Roma em 1999 e na de Sarajevo em 2001. Entretanto, e em colaboração com a Associação GEIC (Grupo Experimental de Intervenção Cultural), criou uma colecção de livros de jovens autores inéditos denominada «O Homem do Saco», que deu a conhecer nomes como os de Rui Pires Cabral e Possidónio Cachapa, e onde publicou a sua primeira colectânea de contos, «O Massacre», em 1996. Profissionalmente, é licenciado em Gestão de Empresas pela European University e é actualmente Practice Leader de Change & Internal Communications na Hill & Knowlton Portugal. A sua carreira também o levou à imprensa: colaborou regularmente com jornais e revistas tanto nacionais como estrangeiros, entre os quais o Diário de Notícias, a Ideias & Negócios, o Washington Post e a Jane’s Defence Weekly (de quem foi correspondente em Portugal durante três anos).

<http://blogs.hillandknowlton.com/blogs/bruno-soares>

<http://esquinas.org/blog/author/ladob>

FOI O TELEFONE QUE ME ACORDOU. Tinha-me deitado tarde, depois de ter entregue uma peça quase em cima do fecho, e as comemorações do 27 de Abril não tinham qualquer apelo para mim pelo que me deixei dormir a manhã toda. Mas o telefone tocou e não há melhor que uma notícia destas para me fazer acordar de repente.

Entrei na redacção a correr uma hora depois, e o Rui Gonçalves já estava a gritar com quem quer que lhe aparecesse à frente.

—ONDE É QUE TUTE METESTE!? AHISTÓRIA É TUA!! DESAMPARA-ME A LOJA!

E foi assim que tudo começou.

O REI TINHA sido assassinado. No meio da rua, no meio do desfile, às 09h45, um maluco tinha-se aproximado e disparado seis tiros antes que lhe chegassem e lhe esmagassem as costelas, com o cano de uma 9 mm a pressionar as costas do pescoço. Afonso IX tinha sido transportado para o Hospital da Rainha, onde fora dado como morto à chegada, às 10h08. Tinha sido atingido por dois projecteis que lhe tinham trespassado o pulmão, o fígado e o estômago.

Às 10h18 o anúncio foi feito ao país e começou o luto. Durante dias, 10 milhões de portugueses e centenas de milhões de cidadãos de todo o mundo choraram lágrimas intermináveis enquanto se acumulavam milhares de flores de todas as cores junto aos portões do Palácio de Queluz, desde 1958 a residência oficial da família real.

Afonso IX foi, dirão muitos especialistas, o melhor rei que se terá sentado no trono de Portugal desde a sua fundação, embora muitos outros afirmassem, aqui ou ali, a sua superficialidade, populismo e alguma liberalidade frente às tradições monárquicas e lusitanas.

Um autêntico choque nacional, o regicídio tinha uma especial razão para surpreender tudo e todos: era quase impensável que houvesse alguém capaz de cometer um acto tão hediondo para com tal monarca. Afonso IX era considerado por 89% da população um governante sábio e unificador, que condenara à obsolescência o movimento republicano e renovara o carácter lendário da monarquia portuguesa. Que motivo poderia ter levado à tragédia?

ENCONTREI AS MEMÓRIAS mais prementes de Afonso IX nas reportagens da viagem a Estocolmo em 2007, em que a cerimónia mais elegante e extraordinária de entrega dos Prémios Nobel se realizou, com dois reis presentes em vez de um.

Os arquivos da Real Televisão Portuguesa (RTP) forneceram-me um bolo nutritivo de imagens das reportagens que durante semanas percorreram as ondas hertzianas, os tubos catódicos e os seus substitutos por todo o planeta.

Afonso entrara na cerimónia como rei de seu direito, mas também como ídolo venerado por todos, fardado a branco e azul e sorrindo num desenho perfeito sob o bigode, bem delineado pelo lábio, que o caracterizava. Era a imagem em pessoa da própria paz.

As imagens que compunham a emissão televisiva, enquanto se dava a cerimónia, mostravam o jovem rei de calças de caqui e t-shirt azul a percorrer as aldeias primitivas e esfomeadas do Darfur no meio da multidão. Afonso acariciava as faces das crianças atordoadas pela atenção e ouvia os lamentos das mulheres disformes, deitadas em desamparo numa maca de hospital de campanha.

Os esforços do nosso rei tinham permitido a intervenção atempada da ONU e da comunidade internacional e supõe-se que terão sido salvas dezenas, senão centenas de milhares de pessoas.

Com o sorriso imaculado num grande plano, de frente para vários microfones, Afonso IX dissera, no meio da savana, as palavras que tinham cruzado fronteiras:

«Africa is an old continent. It is the cradle of Mankind. It is time for us to take her in our arms and care for her.»

E diziam as legendas:

«África é um continente velho. É o carrinho de bebé da Humanidade. É altura de pegarmos nela e preocuparmo-nos.»

Naturalmente, foram palavras que causaram ventos através dos mares. E só foram verdadeiramente compreendidas em Portugal quando as nações do mundo responderam ao apelo do monarca.

Como após o regicídio, como em toda a sua vida, Afonso era mais uma vez um rei mal traduzido, um espírito subestimado e uma força que se projectava muito para além do seu povo.

Pouco era conhecido ou reconhecido do trabalho do rei em Moçambique, que deixara de ser, em pouco mais de duas décadas, um dos países mais pobres do mundo.

Quando questionado pela BBC, para um documentário sobre a sua vida, Afonso referira, em português: «São precisas muitas abelhas para fa-

zer o mel. Eu fui apenas mais uma abelha.» («I'm just another bee...» diriam as legendas).

Como em qualquer figura real, a humildade só o tornava mais exemplar.

PARA ALÉM DA CORAGEM moral e da capacidade de mover nações, Afonso IX conseguiu vingar pelo seu intelecto e pelos seus feitos literários. A sua biografia do Rei Sebastião, «À Volta da Fogueira», revelava mais do carácter do Rei Afonso do que do próprio rapaz sem fortuna.

Algumas das linhas da celebrada obra parecem, mesmo, espelhar a realidade do monarca dos nossos dias:

«Com uma imaginação estimulada (poderíamos quase dizer que Sebastião foi obrigado a sonhar), o rei formou uma imagem do Reino que nunca foi verdade senão na mente de todos os portugueses desde então. Sebastião obrigou os portugueses a sonharem e, como Artur da lenda, morreu para proteger esse sonho. Não voltaríamos a ser grandes depois disso, e muito chorámos à conta de o tentarmos.»

NA MINHA BUSCA por um motivo para a tragédia, era possível deslindar um ou outro episódio mais polémico.

Apesar de todas as críticas e algumas injúrias, o populismo de Afonso IX manifestou-se realmente em 2008 com um acto que causou arrepios por todo o país e quase reanimou o movimento republicano a partir do Porto.

Com um anúncio aos portugueses e um apelo à união de todos, Afonso IX interveio com a sua fortuna pessoal e comprou ao empresário José Lassardo, pelo dobro do preço de mercado, o Sport Lisboa e Benfica — que se tornou no Real Lisboa e Benfica depois da aclamação dos sócios.

O rei foi à televisão e fez um discurso conciliatório, tendo-se referido ao clube como «um tesouro nacional de valor incalculável — que contribuiu muitas vezes para o depósito frequentemente em défice do orgulho de Portugal.» Afonso IX afirmou ter tomado a acção como «último recurso», mas que o seu coração de rei continuava fiel a todos os clubes e a todos os portugueses.

A sua postura digna para com os restantes «grandes clubes» e o modo como os dirigentes destes se vergaram perante a diplomacia e o charme do rei (especialmente quando o Benfica perdeu a Liga do Rei), rapidamente apaziguaram as hordas.

UM EFEITO POUCO APRECIADO de todo o percurso de vida de Afonso IX foi o gradual mas sólido crescimento das tiragens e das circulações das revistas e publicações sociais do país. Aparentemente, de cada vez que

o monarca aparecia nas capas estas publicações vendiam consideravelmente mais.

Convidei dois editores reputados de «Sociedade» para uma entrevista numa cervejaria, sobre uma toalha de papel e ovos a cavalo: Jaime Cardoso, da Click!, e Horácio Sousa, da Sempre. Perguntei a ambos o que tornara tão apelativa a imagem do falecido monarca.

Jaime Cardoso: «Ele era um autêntico fenómeno! Desde que nasceu, aos braços do pai ou da mãe, encarnou uma esperança qualquer milenar do povo português. Foi o primeiro monarca cuja vida foi acompanhada minuciosamente pelos media modernos — o que fizesse de mais íntimo vinha nos jornais. E ele desempenhou lindamente o papel: era lindo como bebé, como criança, como príncipe e depois como rei. Tinha sempre aquele ar de vulnerabilidade que as pessoas acarinhos, mas também aquela determinação e presença que as pessoas respeitam. Foi o primeiro rei português com personalidade de rock star, fosse realmente dele ou atribuída pelas pessoas!»

Horácio Sousa: «Concordo plenamente. O que ele passou: o episódio terrível da morte dos pais, naquele túnel horrível em Paris, e o modo como ele se comportou. Mesmo o que passou com as namoradas, o cuidado que teve com Margarida Boavida, o sentimento que vimos no seu relacionamento com Catarina James-Góis, tudo isto mostrava um carácter generoso e delicado que as pessoas admiravam. Todos esperavam grandes coisas dele quando se tornasse rei, e ele não desiludiu. Foi exactamente aquilo que lhe pedimos que fosse: um verdadeiro rei de todos nós.»

COMO SERIA DE ESPERAR, e como todos vimos, o Funeral Real foi simplesmente extraordinário, transmitido para todo o mundo e revisto incessantemente.

A voz de Mariza ficará para sempre associada àquele momento solene em que as lágrimas correram.

O ASSASSINO DE AFONSO IX era um jovem, nascido e vivido no Algarve, chamado Maurício Nunes. As primeiras especulações que tinham vindo a público sobre os motivos para o acto tinham passado por relacionamentos amorosos com alguma ex-namorada do rei ou até algum relacionamento homossexual com o próprio monarca. Naturalmente, não tardou muito para que estas histórias fossem desautorizadas como meras especulações sem qualquer fundamento. Aparentemente, Nunes nunca estivera com o rei em vida nem tão pouco com nenhuma das suas namoradas conhecidas, ou outras personalidades ligadas à Coroa.

A única citação mais ou menos credível de Maurício Nunes relativamente ao incidente e ao monarca ditava: «Ele não voltará a estar só.» O que sugeria a loucura. Mas nem uma palavra tinha sido dita directamente aos microfones pelo assassino, uma vez que a Guarda Real tinha isolado o criminoso com grande eficácia.

Ao fim de várias semanas intensas de diligências, foi-me concedida, a mim, a primeira entrevista exclusiva a Maurício Nunes. E devo reconhecer que sem a intervenção pessoal de Rui Gonçalves isso nunca teria sido possível.

Desloquei-me à Prisão de Caxias.

MAGRO, COM SOBRANCELHAS espessas e uns belos olhos negros, Maurício pareceu-me frágil e atordoado. Ofereci-lhe um cigarro, que ele colocou no bolso. Deixei o maço em cima da mesa, num gesto de sedução, embora ficasse com uma estranha sensação de vulnerabilidade por isso: como se parte de mim pudesse de um momento para o outro ser arrebatada. Apercebi-me que havia uma voracidade contida mas constante naquele rapaz — como se estivesse sempre pronto a tirar qualquer coisa para preencher uma ansiedade escondida.

A nossa conversa começou pela sua história de vida, pelo seu bairro, pelo seu percurso escolar, pela família. Os pais eram praticamente nómadas, tinha vivido grande parte do tempo com a avó materna e havia perdido uma irmã mais velha quando tinha 11 anos. No entanto, todo o resto da sua existência era mais ou menos medíocre, sem grandes acontecimentos a marcá-lo. Pelo menos era o que dizia, pois fiquei com a clara sensação de que de vez em quando estava a mentir ou a esconder alguma coisa.

Por fim, perguntei-lhe: «Quando é que começaste a interessar-te por Afonso?»

Os olhos brilharam-lhe um pouco e fixou-me por alguns segundos antes de responder:

— Foi sempre lindo.

Esperei um pouco, e quando ele não continuou eu insisti:

— Lembras-te da primeira vez que o viste?

— Vi-o sempre. Desde que me lembro de mim, lá estava ele, nas revistas ou na televisão.

— Falei com a tua avó. Vi o teu quarto. Tens uma fotografia enorme do rei na parede.

Ele calou-se e baixou os olhos, sem responder — percebi que a referência à avó ou ao seu quarto o tinham perturbado um pouco. Resolvi mudar de estratégia, lembrando-me da frase que tinha vindo a público:

— Fiquei com a sensação de que gostavas dele, especialmente quando ouvi que tinhas dito que «ele agora já não ficaria sozinho».

Maurício olhou de novo para mim, fixamente.

— Eu amava-o — disse. — No funeral dos pais, muito direito, muito quieto, muito triste. Aquela tristeza... Ele foi sempre triste. As fotografias das revistas... Sorria e mostrava-se feliz... mas eu sabia. Era só uma máscara. A máscara do rei. Ninguém via como ele estava triste. Só eu é que via. Todos queriam alguma coisa dele: que ele fosse escritor ou que ele fosse o melhor da festa ou que ele acabasse com as guerras. Mas e ele? Tão sozinho no meio de toda a gente...

Fui tão apanhado de surpresa por aquele discurso errático e intenso que não escrevi nada. Sabia que o gravador estava a rodar, mas a sensação de energia emocional estranha e de uma racionalidade perversa fariam com que eu nunca mais me esquecesse daquelas palavras.

— Ele nunca mais estará sozinho — continuou Maurício. — Foi ter com os pais. E depois eu irei estar com ele. Irá estar com as pessoas que o amam, e não com os oportunistas e os... outros.

Ele parou e eu levei alguns momentos para recuperar. Por fim, perguntei-lhe:

— Mataste-o para poder estar com ele? O teu nome será sempre associado ao rei. É isso?

Ele olhou-me com desprezo.

— Você não compreende. Ele e eu já estávamos juntos. Eu sabia o que ele pensava, o que ele sentia, o que ele era, lá no fundo. Eu matei-o para o salvar. Eu salvei-o de todos aqueles que só viam a superfície. Dos que não compreendem. Ele era lindo, lá no fundo, não só à superfície. Lindo...

E quando se calou os seus olhos eram frios e vazios. No resto da entrevista respondeu-me com monossílabos. Por fim, disse-me, com desprezo:

— Escreva o que quiser.

Terminara ali o que tinha para dizer.

ALGUNS DIAS DEPOIS, surgiu-me a oportunidade de falar com Francisca Roda. Parecia-me um alívio falar com alguém como ela depois de ter tido pesadelos nas noites a seguir a falar com Maurício Nunes.

Francisca era uma mulher roliça e calma, dos seus 60 anos, que tinha um sorriso doce para qualquer pessoa. Quando o rei caíra ao chão, atingido pelas balas, naquele dia de Abril, Francisca, por mero acaso, estivera junto dele. Ela tinha ido juntamente com as duas filhas e a neta ver o desfile, com o intuito único de olhar de perto para Afonso IX, e

acabara por ser testemunha da História a desfilar pelos seus caminhos.

Corria o rumor de que Francisca era a única pessoa que ouvira as últimas palavras do rei. Rumor que a mulher não confirmava nem desmentia.

Ela convidou-me para tomar chá quando me apresentei junto a sua casa, e eu entrei, esperançado.

A conversa demorou várias horas a chegar ao assunto e, quando chegou, deparei-me com um muro de pedra. Era óbvio que a senhora ouvira, de facto as últimas palavras de Afonso, mas recusava-se firmemente a desvendá-las. Depois de uns minutos de argumentos vãos, pus os cheques em cima da mesa e comecei a sugerir números. Quando cheguei aos €5000 Francisca assentiu com a cabeça, relutantemente, com uma cara muito embaraçada.

— Diga-me, então — pedi-lhe. — Quais foram as suas últimas palavras?

As mãos dela apertavam nervosamente os próprios dedos.

— Foi só uma — balbuciou. — Foi só uma palavra.

— Qual foi? — insisti.

Uma lágrima escorreu lentamente pela face enrugada.

— «Mamã» — sussurrou por fim. — Ele olhou para mim e disse «mamã».

A senhora baixou a cabeça e estava a chorar lágrimas silenciosas, umas atrás das outras.

— É quase como se tivesse sido um filho meu.

E eu fiz que sim e assinei o cheque.

ESTAS DUAS ENTREVISTAS emocionais fizeram-me pensar um pouco. Era como se através das palavras de Maurício Nunes e Francisca Roda eu estivesse a ver um novo Afonso, um Afonso íntimo, de carne e osso, com sentimentos e vazios, muito diferente do Afonso a que nos habituáramos a assistir no ecrã.

E, no entanto, estas eram duas pessoas que nunca tinham encontrado o rei antes do momento atroz do regicídio. Era uma ilusão perfeita que, no entanto, trazia alguma humanidade a um homem que, de outro modo, seria também perfeito e incólume.

Nalguns momentos mais filosóficos, deitado na cama a olhar para o tecto, cheguei mesmo a perguntar-me se Maurício Nunes não estava certo, se de facto ele não tinha salvado Afonso de uma prisão qualquer de ilusões e expectativas. E cheguei mesmo a perguntar-me se Francisca Roda, na sua devoção, não teria sido de facto aquilo que de mais perto Afonso tivera de uma mãe.

Obviamente que, quando me virei para o lado para dormir, me apercebi que eu próprio tinha ficado enrodilhado na ilusão.

O GOLPE DE MISERICÓRDIA veio quando o meu contacto no Hospital da Rainha me conseguiu finalmente fornecer (depois de prolongadas negociações) fotografias frescas do corpo fresco de Afonso IX. Tiradas no próprio dia ou no dia seguinte ao do homicídio.

Quando abri o envelope senti um arrepio. Senti uma estranheza mórbida, um sentimento de profanação que vinha, não do facto de estar a olhar para um corpo real e sagrado, mas de estar a olhar para fotografias banais, destituídas de interesse, de um cadáver.

Só à quinta fotografia é que tive a certeza de que estava a olhar para o falecido rei. Destituído de vida, ou de interesse. Eram provavelmente as únicas fotografias de Afonso que eu vira que não tinham qualquer tipo de apelo.

Por pouco não atirei com o envelope à cara do infeliz enfermeiro a quem eu tinha pago uma fortuna. Claramente, não poderia publicar aquilo.

Finalmente, engoli o orgulho e atirei com as fotos para uma gaveta. Que fechei à chave...

AO FIM DE VÁRIAS SEMANAS a trabalhar sobre o regicídio, estava pronto para fechar este episódio da minha vida. O meu último artigo era um resumo integrado dos vários artigos que publicara até então.

Tive muita dificuldade com o título. Nada parecia muito interessante.

Experimentei «O Rei Vai Nu», mas podia ser desvalorizador e ofender o meu público, que chorara sentidamente durante estas semanas.

Depois ocorreu-me «Os Diamantes São Eternos», mas algumas das questões que esta investigação me tinha suscitado tinham colocado a imagem de Afonso num ponto mais humilde e, talvez, até mais digno. Os diamantes e a eternidade pareciam não ser para aqui chamados.

Acabei por ficar com «O Fim do Sonho». Sofri com este título e ainda acho que é um mau título. Mas serve, o deadline está próximo e, de algum modo, até pode ser verdade.

Não sei se a monarquia portuguesa alguma vez recuperará deste sonho. Nem sei se Portugal também. E confesso que eu próprio não me andava a sentir nada bem...

PASSOU UM MÊS do dia da tragédia. O estado de choque nacional que se prolongou durante três semanas estava a desvanecer e as pessoas, no

geral, voltavam a uma vida normal, sem pensarem muito no estado da monarquia. Dentro de uma semana, a coroação do novo rei, o jovem Manuel, daria outros motivos para celebrar.

Mas esta era uma data também para outras celebrações, mais cozinhas. Fazia um ano que eu e a minha namorada nos tínhamos conhecido e era a ocasião ideal para um jantar romântico em que não se pensasse no Estado da Nação.

O restaurante onde tínhamos jantado juntos pela primeira vez era um local calmo e requintado, na margem do Tejo, com um serviço competente e discreto e uma cozinha deliciosa. Com a história entregue e arrumada, sentia-me finalmente em alguma paz, enquanto atravessávamos o patamar de entrada e esperávamos um pouco pela mesa. A chefe de mesa acompanhou-nos por fim a um espaço recôndito junto à janela e sentámo-nos.

Foi quando estava a pôr o guardanapo no colo que aconteceu. Olhei e vi que tinham colado ao guardanapo branco uma lista negra cruzada num canto, de luto. Talvez fosse a homenagem ao mês passado da morte de Afonso, talvez tivessem colocado a lista desde o primeiro dia. Mas ela ali estava. E teve em mim um impacto inesperado.

Uma vez entrevistei um escritor que me disse que a Humanidade sofre, desde o seu berço, de um vazio imenso. Um vazio intenso e tortuoso que nos leva, a cada um de nós, a fazer tudo o que fazemos, num esforço constante para nos sentirmos preenchidos, cheios, satisfeitos. E parte deste vazio é o vazio que herdamos dos nossos pais. O Nome do Pai. O nosso dever para com os nossos antepassados, para com a sociedade, para com a vida. Temos de honrar o nosso nome.

Olhando para trás, acho que o título ideal para o meu último artigo teria sido algo como «O Nome do Rei».

Confesso (e nunca o teria escrito para o público) que não sou particularmente monárquico. Acredito na igualdade das pessoas e na igualdade de direitos e deveres. Coisas que associo às repúblicas.

Mas a morte do rei fez-me sentir este vazio. Afonso era a História, eram os milhares de anos de sangue luso, era Portugal. E durante breves momentos, durante uns minutos em que reinou sobre todos nós, Portugal foi bonito de novo, foi grande ainda que pequeno, foi um passo para o futuro.

Agora, olho para a lista negra no guardanapo e faço um grande esforço por conter uma lágrima. Afonso morreu. Tudo o que resta é o vazio. Tudo o que resta é uma herança que nunca vai ser honrada. Um dever que nunca será cumprido. Portugal voltará a ser Portugal. Esta amálgama de pequenos portugueses a suspirarem uns pelos outros. De

novo abandonados à sua... à nossa sorte... Sozinhos...

Engoli em seco, coloquei lentamente o guardanapo no colo, deixando a lista negra bem à vista, e o empregado de casaco branco aproximou-se com um bloquinho na mão e perguntou:

— Diga, se faz favor. O que é que vai ser?